



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

---

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**

---

**CLIPPING**  
**18 de fevereiro**  
**de 2021**

# AÇAILÂNDIA: Acusados de Improbidade Administrativa, realização forjada de Sessão e falsificação de Ata 05 vereadores podem perder seus mandatos e até serem presos.

Além de uma Denúncia que resultou

no afastamento do presidente da Câmara Municipal de Açailândia, Josibeliano

Chagas Farias, o Ceará, o **Ministério Público** do Maranhão também ingressou, em 8

de fevereiro, com uma **Ação Civil Pública** por **improbidade administrativa**

relativa à posse da mesa diretora do legislativo municipal. Ainda há duas Ações

Criminais DE FALSIDADE IDEOLÓGICA propostas pelo MP contra os Edis que caíram

no "Canto da Sereia" do vereador Ceará.

A Ações Civis e Criminais tem

como alvos os vereadores Josibeliano Chagas Farias o "Ceará" de quem Já se

esperava tudo isso e muito mais; Bernadete Socorro de Oliveira Araújo "Bernadete

Mariquinha a quem o eleitor depositava mais expectativa positiva, portanto, a

maior DECEPÇÃO; Maycon Marcelo de Oliveira o "Doador" que pregava mudanças definitivas

na câmara e no primeiro dia de mandato caiu no "colo" do vereador Ceará; Davi

Alexandre Sampaio Camargo o Xandy, esse conhecido já como "CEARAZINHO" e dispensa

comentários; além de Adriano Andrade amigo de longas datas de "Ceará"; e, a

procuradora da Câmara Municipal, Nadia Lice Carvalho Martins Silva Renovato,

essa ainda desconhecida do meio político.

ENTENDA

Em 1º de janeiro de 2021, às 10h,

os vereadores denunciados tentaram realizar, na sede da Câmara Municipal de

Açailândia, uma sessão de instalação da legislatura e eleição da mesa diretora

da casa. A sessão foi suspensa após a chegada dos demais vereadores eleitos,

cujas posse já tinha ocorrido, em sessão realizada às 00h30 do mesmo dia,

segundo a resolução nº 02/2020 da Câmara, editada pelo próprio Josibeliano

Farias, que era o presidente da casa legislativa no mandato anterior.

Além de deixarem de comparecer à

sessão de posse marcada pela resolução nº 02/2020 e tentar realizar uma nova

sessão, que foi interrompida com a chegada dos vereadores que não fazem parte

do grupo político de Ceará, outra irregularidade diz respeito ao quórum para a

eleição da mesa diretora. O artigo 11 do regimento interno da Câmara estabelece

que é necessária a maioria absoluta dos vereadores. Dessa forma, não seria

possível sequer a abertura da suposta sessão.

Após terem deferida uma liminar favorável pelo Tribunal de Justiça, os acionados se ausentaram de Açailândia e ficaram incomunicáveis para não dar posse aos outros nove vereadores eleitos.

Nesse período, Josibeliano Farias expediu decretos extinguindo os mandatos

desses vereadores, publicados em redes sociais e enviados por Whatsapp. Ao

mesmo tempo, determinou a expedição de atos de convocação de vereadores

suplentes, também pelo aplicativo de mensagens.

Tudo isso aconteceu entre as 7h e

8h da manhã de 18 de janeiro. Às 9 horas, o então presidente da Câmara já

estava empossando vereadores suplentes, em um local por trás de um posto de

combustíveis às margens da BR-222. Tanto no caso dessa sessão quanto daquela

realizada às 10h de 1º de janeiro, não houve nenhuma publicidade prévia.

Para a promotora de justiça

Glauce Mara Lima Malheiros, "esse fato absurdo, que macula não apenas normas

locais, mas todo o arcabouço da democracia e diversos princípios

constitucionais, em que a maioria absoluta dos vereadores eleitos no município

de Açailândia tiveram seus mandatos extintos sem qualquer possibilidade de

defesa, ou mesmo sem que pudessem apresentar justificativas que fossem

avaliadas pela Câmara".

## RECONDUÇÃO

Apesar da suposta eleição de

Josibeliano Farias para um novo mandato à frente da Câmara de Vereadores, a Lei

Orgânica do Município de Açailândia impede a recondução do presidente do

legislativo municipal ao cargo. Ceará, portanto, não poderia ser reeleito.

Nesse ponto, é importante

observar que Ceará não poderia sequer presidir a Câmara no biênio 2019-2020,

visto que já ocupava o cargo no biênio 2017-2018.

## CONDUTAS

Em todas as condutas adotadas

pelo grupo, o vereador Ceará é apontado pelo **Ministério Público** como o mentor

intelectual dos ilícitos, incorrendo em vários incisos do artigo 11 da Lei de

**Improbidade Administrativa** (8.429/92). Nessa ação, novamente foi pedido o

afastamento de Josibeliano Farias do cargo de vereador.

Já Maycon de Oliveira, que

ocupava o cargo de 2º vice-presidente, também é apontado como peça chave de

todo o esquema, tendo participado ostensivamente de todas as manobras. O

vereador chegou a protocolar ação judicial buscando a declaração da

regularidade da sessão que elegeu a sua chapa para a mesa diretora, idêntica à

proposta por Ceará. Após a decisão favorável na ação de Josibeliano, Maycon

Oliveira desistiu de seu processo.

Já Bernadete Araújo, Davi Camargo

e Adriano Silva foram acionados por sua "ação omissiva, conjunta e coordenada

para um mesmo fim danoso", sob o comando de Josibeliano Farias. Para Glauce

Malheiros, os vereadores apoiaram integralmente o

vereador Ceará na prática de todos os atos de improbidade. Por conta do apoio às ilegalidades cometidas, a ação da 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Açailândia requereu, na ação, o afastamento de todos os acionados do cargo de vereador.

Já a procuradora Nádia Lice Renovato "foi a responsável por toda a articulação (anti)jurídica praticada por Josibeliano Chagas Farias e pelos demais requeridos, participando ativamente na elaboração dos atos normativos que fundamentaram os ilícitos".

Ainda de acordo com o Ministério Público, a procuradora confunde os interesses da Câmara com os interesses pessoais de Ceará, já tendo inclusive atuado em processos particulares do vereador enquanto estava na folha de pagamento do legislativo municipal.

Também foi pedido o afastamento de Nádia Lice Renovato do cargo, pois ela poderia dispor de informações privilegiadas e usá-las em favor de Josibeliano Farias, caso permaneça à frente da Procuradoria da Câmara Municipal de Açailândia.

Se condenados por improbidade administrativa, Josibeliano Farias, Bernadete Araújo, Maycon de Oliveira, Davi Camargo, Adriano Silva e Nadia Lice Renovato estarão sujeitos a penalidades como o ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de

multa de até 100 vezes a remuneração recebida e a proibição de contratar ou receber benefícios do Poder Público pelo prazo de três anos.

**NULIDADE**

Também em 8 de fevereiro, a 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Açailândia ingressou com uma Ação Declaratória de Nulidade contra Josibeliano Chagas Farias, Bernadete Socorro de Oliveira Araújo, Maycon Marcelo de Oliveira, Davi Alexandre Sampaio Camargo, Adriano Andrade Silva, Epifânio Andrade Silva, Adjackson Rodrigues Lima, Cesar Nildo Costa Lima (integrantes da mesa diretora autoeleita), Antônio José Ferreira Lima Filho, Heliomar Laurindo, Marcos Sirley Silva Santos, Arleilde Gomes de Sousa Vieira, Thiago da Silva Ferreira, José Sarney Moreira, Villegagnon de Sousa Lima, Jofre Ferreira da Silva Júnior (vereadores suplentes) e a Câmara Municipal de Açailândia.

Nessa ação, foi pedida a concessão de liminar para anular a sessão ocorrida às 10h de 1º de janeiro de 2021, bem como declaração de nulidade todos os atos nela praticados, em especial em relação à eleição da mesa diretora.

Por consequência, devem ser declarados nulos os decretos que extinguiram os mandatos dos nove vereadores regularmente eleitos, bem como os termos de posse dos vereadores suplentes.

Com informações disponíveis no site do **Ministério Público** do Maranhão.

**Site: <https://www.wiltonlima.com.br/2021/02/acailandia-acusados-de-improbidade.html>**

# Policiais são denunciados por tortura e morte de comerciante em Bacabal

O **Ministério Público** do Maranhão ofereceu, nesta quarta-feira, 17 de fevereiro, Denúncia contra cinco policiais militares do Serviço Velado da Polícia Militar (PM), no município de São Luís Gonzaga, em função dos crimes cometidos contra o comerciante Marcos Marcondes do Nascimento Silva (mais conhecido como "Marquinhos") e José de Ribamar Neves Leitão, (conhecido como "Riba"), nos dias 1º e 2 de fevereiro.

A Denúncia, formulada pelo **promotor de justiça** Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho, é baseada no inquérito policial nº 01/2021, da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa, da PM. Foram denunciados os integrantes do 15º Batalhão Francisco Almeida Pinho, Rogério Costa Lima, Marcelino Henrique Santos Silva, Robson Santos de Oliveira e Gilberto Custódio dos Santos.

## Crimes

Em 1º de fevereiro, "Riba" estava na fazenda do genro de Gilberto Santos, na estrada Bela Vista, na zona rural do município de Bacabal (a 35 km de São Luís Gonzaga), quando o policial o convidou para ir buscar ração para carneiros.

Ao invés disso, a vítima foi levada a um loteamento abandonado, às margens da BR-316. No local, os policiais começaram a torturar "Riba" para obrigá-lo a confessar o suposto furto de carneiros, que teriam sido vendidos a "Marquinhos", ex-patrão dele.

## Tortura

Gilberto deu um golpe chamado "telefone" (bater as duas mãos em forma de concha nos ouvidos) na vítima e Francisco começou a espancar e enforçar "Riba", que foi amarrado.

Francisco colocou um pano e começou a jogar água no rosto da vítima até que este perdesse os sentidos. Depois de ser reanimado, "Riba" foi jogado no porta-malas de um veículo.

Os denunciados foram ao estabelecimento comercial de "Marquinhos" e o forçaram a entrar no mesmo veículo. Os policiais começaram a agredi-lo, exigindo a confissão do furto.

Os acusados levaram as vítimas ao loteamento

Mearim Glass, em Bacabal. No local, "Marquinhos" foi agredido a socos por Francisco, por enforcamento por Gilberto e Marcelino pulou com os dois pés no peito da vítima.

Gilberto e Francisco começaram a despejar água sobre o rosto de "Marquinhos", enquanto os outros policiais seguravam as pernas dele para que não se movimentasse.

Com uma camisa enrolada na mão, Francisco começou a exigir a confissão do furto, batendo no rosto da vítima, que parou de respirar e foi a óbito.

## Simulação

Os policiais decidiram simular um confronto visando afastar suas responsabilidades com relação à morte de "Marquinhos". Foram a uma estrada vicinal, numa fazenda no povoado Centro dos Cazuzas, na zona rural do município de São Luís Gonzaga do Maranhão.

Retiraram o corpo de "Marquinhos" do veículo, e os policiais Rogério, Marcelino e Robson seguraram o cadáver e Francisco efetuou um disparo de revólver no peito da vítima.

Francisco entregou a arma para Gilberto e mandou que matasse "Riba". Porém, a arma falhou, o sobrevivente saiu correndo pelo matagal e os policiais efetuaram vários disparos em direção a "Riba. Após a fuga, os denunciados esconderam o corpo de "Marquinhos".

Com o objetivo de simular o confronto policial, foi efetuado um disparo de arma na perna de Francisco. O fato foi testemunhado por "Riba".

Os policiais perseguiram a vítima durante toda a noite do dia 1º de fevereiro e manhã do dia seguinte. "Riba" passou seis dias se escondendo e perambulando pela zona rural até chegar à casa do irmão dele na periferia de Bacabal, reaparecendo no dia 8 do mesmo mês.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

**Site:** <http://www.netoferreira.com.br/poder/2021/02/pms-sao-denunciados-por-tortura-de-5-pessoas-em-sao-luiz-gonzaga/>

# Ministério Público recomenda transparência na vacinação em Bacabal

O **Ministério Público** do Maranhão pediu que o plano operacional da vacinação contra o novo coronavírus seja aprimorado. Em reunião realizada na segunda-feira (15), com secretários municipais de Saúde e Conselhos Municipais de Saúde dos municípios da Comarca de Bacabal, o órgão tratou de transparência, monitoramento e fiscalização.

O documento assinado pela promotora da 2ª Promotoria de Justiça de Bacabal, Sandra Soares de Pontes, solicita que seja encaminhado diariamente ao MP-MA, pelos prefeitos e secretários de Saúde, a relação nominal das pessoas que foram vacinadas contra a Covid-19 no município, indicando o grupo prioritário ao qual estão vinculadas e o número de doses ainda em estoque. Além, da divulgação desses dados no Portal da Transparência, para fins de controle social da Campanha Nacional de Vacinação.

"A medida visa fiscalizar o estoque municipal de vacinas e controle de desvios na aplicação passíveis de responsabilização", esclarece a promotora de justiça

Além do município-sede, a Comarca de Bacabal é ainda integrada pelos termos judiciários de Bom Lugar, Conceição do Lago Açu e Lago Verde.

## Controle

Durante a reunião, o **Ministério Público** falou sobre a disponibilização de um painel na internet com dados da vacinação na região. Para o MP, a implementação é necessária para dar mais transparência à sociedade, viabilizando a divulgação de informações reais e atualizadas, diariamente, sobre as doses de vacinas aplicadas e pontos de vacinação. Em cumprimento à Portaria GM/MS nº 69, de 14 de janeiro de 2021, e à Nota Informativa nº 1/2021- CGPNI/DEIDT/SVS/MS.

Também foi recomendado aos gestores municipais que a vacinação contra a Covid-19, seja rigorosamente fiscalizada, inclusive com o uso de trabalhos de auditoria e de verificações in loco. E que caso sejam identificadas irregularidade, o MP precisa ser comunicado para que os agentes envolvidos sejam responsabilizados.

O MP estabeleceu o prazo de cinco dias para que os destinatários informem se acatam a Recomendação e

relatem as ações tomadas para seu cumprimento, ou informem os motivos para o não acatamento.

## Site:

<https://centraldenoticias.radio.br/2021/02/18/ministerio-publico-recomenda-transparencia-na-vacinacao-em-bacabal/>

# Ministério Público aciona cinco vereadores de Açailândia por improbidade administrativa

Além de uma Denúncia que resultou no afastamento do presidente da Câmara Municipal de Açailândia, Josibeliano Chagas Farias, o Ceará, o **Ministério Público** do Maranhão também ingressou, em 8 de fevereiro, com uma **Ação Civil Pública** por **improbidade administrativa** relativa à posse da mesa diretora do legislativo municipal.

A **Ação Civil Pública** tem como alvos os vereadores Josibeliano Farias, Bernadete Socorro de Oliveira Araújo, Maycon Marcelo de Oliveira, Davi Alexandre Sampaio Camargo e Adriano Andrade Silva, além da procuradora da Câmara Municipal, Nadia Lice Carvalho Martins Silva Renovato.

Em 1º de janeiro de 2021, às 10h, os vereadores denunciados tentaram realizar, na sede da Câmara Municipal de Açailândia, uma sessão de instalação da legislatura e eleição da mesa diretora da casa.

A sessão foi suspensa após a chegada dos demais vereadores eleitos, cuja posse já tinha ocorrido, em sessão realizada às 00h30 do mesmo dia, seguindo a resolução nº 02/2020 da Câmara, editada pelo próprio Josibeliano Farias, que era o presidente da casa legislativa no mandato anterior.

Além de deixarem de comparecer à sessão de posse marcada pela resolução nº 02/2020 e tentar realizar uma nova sessão, que foi interrompida com a chegada dos vereadores que não fazem parte do grupo político de Ceará, outra irregularidade diz respeito ao quórum para a eleição da mesa diretora. O artigo 11 do regimento interno da Câmara estabelece que é necessária a maioria absoluta dos vereadores. Dessa forma, não seria possível sequer a abertura da suposta sessão.

Após terem deferida uma liminar favorável pelo Tribunal de Justiça, os acionados se ausentaram de Açailândia e ficaram incomunicáveis para não dar posse aos outros nove vereadores eleitos. Nesse período, Josibeliano Farias expediu decretos extinguindo os mandatos desses vereadores, publicados em redes sociais e enviados por Whatsapp. Ao mesmo tempo, determinou a expedição de atos de convocação de vereadores suplentes, também pelo

aplicativo de mensagens.

Tudo isso aconteceu entre as 7h e 8h da manhã de 18 de janeiro. Às 9 horas, o então presidente da Câmara já estava empossando vereadores suplentes, em um local por trás de um posto de combustíveis às margens da BR-222. Tanto no caso dessa sessão quanto daquela realizada às 10h de 1º de janeiro, não houve nenhuma publicidade prévia.

Para a promotora de justiça Glauce Mara Lima Malheiros, "esse fato absurdo, que macula não apenas normas locais, mas todo o arcabouço da democracia e diversos princípios constitucionais, em que a maioria absoluta dos vereadores eleitos no município de Açailândia tiveram seus mandatos extintos sem qualquer possibilidade de defesa, ou mesmo sem que pudessem apresentar justificativas que fossem avaliadas pela Câmara".

## RECONDUÇÃO

Apesar da suposta eleição de Josibeliano Farias para um novo mandato à frente da Câmara de Vereadores, a Lei Orgânica do Município de Açailândia impede a recondução do presidente do legislativo municipal ao cargo. Ceará, portanto, não poderia ser reeleito.

Nesse ponto, é importante observar que Ceará não poderia sequer presidir a Câmara no biênio 2019-2020, visto que já ocupava o cargo no biênio 2017-2018.

## CONDUTAS

Em todas as condutas adotadas pelo grupo, o vereador Ceará é apontado pelo **Ministério Público** como o mentor intelectual dos ilícitos, incorrendo em vários incisos do artigo 11 da Lei de **Improbidade Administrativa** (8.429/92). Nessa ação, novamente foi pedido o afastamento de Josibeliano Farias do cargo de vereador.

Já Maycon de Oliveira, que ocupava o cargo de 2º vice-presidente, também é apontado como peça chave de todo o esquema, tendo participado ostensivamente de todas as manobras. O vereador chegou a



protocolar ação judicial buscando a declaração da regularidade da sessão que elegeu a sua chapa para a mesa diretora, idêntica à proposta por Ceará. Após a decisão favorável na ação de Josibeliano, Maycon Oliveira desistiu de seu processo.

Já Bernadete Araújo, Davi Camargo e Adriano Silva foram acionados por sua "ação omissiva, conjunta e coordenada para um mesmo fim danoso", sob o comando de Josibeliano Farias. Para Glauce Malheiros, os vereadores apoiaram integralmente o vereador Ceará na prática de todos os atos de improbidade.

Por conta do apoio às ilegalidades cometidas, a ação da 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Açailândia requereu, na ação, o afastamento de todos os acionados do cargo de vereador.

Já a procuradora Nádia Lice Renovato "foi a responsável por toda a articulação (anti)jurídica praticada por Josibeliano Chagas Farias e pelos demais requeridos, participando ativamente na elaboração dos atos normativos que fundamentaram os ilícitos".

Ainda de acordo com o **Ministério Público**, a procuradora confunde os interesses da Câmara com os interesses pessoais de Ceará, já tendo inclusive atuado em processos particulares do vereador enquanto estava na folha de pagamento do legislativo municipal.

Também foi pedido o afastamento de Nádia Lice Renovato do cargo, pois ela poderia dispor de informações privilegiadas e usá-las em favor de Josibeliano Farias, caso permaneça à frente da Procuradoria da Câmara Municipal de Açailândia.

Se condenados por **improbidade administrativa**, Josibeliano Farias, Bernadete Araújo, Maycon de Oliveira, Davi Camargo, Adriano Silva e Nadia Lice Renovato estarão sujeitos a penalidades como o ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa de até 100 vezes a remuneração recebida e a proibição de contratar ou receber benefícios do Poder Público pelo prazo de três anos.

## NULIDADE

Também em 8 de fevereiro, a 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Açailândia ingressou com uma Ação Declaratória de Nulidade contra Josibeliano Chagas Farias, Bernadete Socorro de Oliveira Araújo, Maycon Marcelo de Oliveira, Davi Alexandre Sampaio Camargo, Adriano Andrade Silva, Epifânio Andrade

Silva, Adjackson Rodrigues Lima, Cesar Nildo Costa Lima (integrantes da mesa diretora autoeleta), Antônio José Ferreira Lima Filho, Heliomar Laurindo, Marcos Sirley Silva Santos, Arleilde Gomes de Sousa Vieira, Thiago da Silva Ferreira, José Sarney Moreira, Villegagnon de Sousa Lima, Jofre Ferreira da Silva Júnior (vereadores suplentes) e a Câmara Municipal de Açailândia.

Nessa ação, foi pedida a concessão de liminar para anular a sessão ocorrida às 10h de 1º de janeiro de 2021, bem como declaração de nulidade todos os atos nela praticados, em especial em relação à eleição da mesa diretora.

Por consequência, devem ser declarados nulos os decretos que extinguiram os mandatos dos nove vereadores regularmente eleitos, bem como os termos de posse dos vereadores suplentes. (Redação: Rodrigo Freitas (CCOM-**MPMA**))

**Site:** <https://oprogresonet.com/edicao-digital/221/o-progresso--18-de-fevereiro-de-2021>

# AMRT - FORA DE PAUTA

## FORA DE PAUTA

O prefeito Assis Ramos novo presidente da Amrt (isso mesmo com T mudo), afinal o nome é Associação dos Municípios da Região Tocantina e não tocantinas, pretende incorporar os municípios do sul maranhense novamente. O alvo é filiar 42 municípios bem acima dos 24 que hoje que fazem parte da associação. Lembrando que a associação quando foi fundada todos os municípios da região e do sul estavam integrados e depois é que por sugestão do ex-prefeito e presidente Sálvio Dino foi desmembrada ficando região Tocantina AMRT e os dos sul na Amsul. É válida a iniciativa, pois desta forma estará integrando uma região maior e fortalecendo o municipalismo nestas bandas do estado e claro que uma assembleia deverá ser realizada para decidir sobre a incorporação dos municípios e a extinção da Amsul.

## Mater

No ano em que o Mater Clube de Imperatriz completa os seus 50 anos "Jubileu de Ouro " Suas sócias estiveram reunidas na sexta-feira, para dar posse a nova diretoria: Presidente: MARIA LEÔNIA SANTOS SOUSA; Vice presidente: ODICIA BRIGE; Secretária: CONCEIÇÃO FORMIGA; Secretária: DENISE BRIGE; Vice secretária: SELMA LOUREIRO; Tesoureira: ELISETE GOBIRA.

O Mater Clube foi fundado em 15/08/1971 e sua primeira presidente foi Vitória Régia, esposa do saudoso empresário e político Sebastião Reges.

## Tarifa

A Equatorial Maranhão esteve reunida com o Secretário de Desenvolvimento Social do Estado - SEDES, Marcio Honaiser, o Presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão - FAMEM, Erlânio e a Secretária Adjunta de Programas Sociais do Governo, Ana Gabriela, para apresentar os resultados da campanha de cadastramento no Tarifa Social de Energia Elétrica. No dia 18 de fevereiro, acontecerá uma cerimônia virtual para firmar a continuidade da parceria em 2021.

## Ação

Além de uma denúncia que resultou no afastamento do presidente da Câmara Municipal de Açailândia, Josibeliano Chagas Farias, o Ceará, o **Ministério Público** do Maranhão também ingressou, em 8 de

fevereiro, com uma **Ação Civil Pública** por **improbidade administrativa** relativa à posse da mesa diretora do legislativo municipal.

A **Ação Civil Pública** tem como alvos os vereadores Josibeliano Farias, Bernadete Socorro de Oliveira Araújo, Maycon Marcelo de Oliveira, Davi Alexandre Sampaio Camargo e Adriano Andrade Silva, além da procuradora da Câmara Municipal, Nadia Lice Carvalho Martins Silva Renovato.

## Pública

Em 1º de janeiro de 2021, às 10h, os vereadores denunciados tentaram realizar, na sede da Câmara Municipal de Açailândia, uma sessão de instalação da legislatura e eleição da mesa diretora da casa. A sessão foi suspensa após a chegada dos demais vereadores eleitos, cuja posse já tinha ocorrido, em sessão realizada às 00h30 do mesmo dia, seguindo a resolução nº 02/2020 da Câmara, editada pelo próprio Josibeliano Farias, que era o presidente da casa legislativa no mandato anterior.

## Covid-19

Faleceu na segunda, por covid-19, o compositor Cruz Gago, natural de João Lisboa, o compositor é autor de vários sucessos, entre eles a música "Tentei de esquecer", conhecida principalmente na voz do cantor Leonardo. Cruz Gago sentiu os primeiros sintomas da doença no dia 06 de fevereiro, no dia 08 foi transferido para UTI, onde precisou de apoio de um balão de oxigênio para ajudar na respiração.

O estado de saúde do compositor se agravou na noite de domingo Reflexão - "Vivemos tempos difíceis, em que o direito individual de ir e vir ou festejar, quer se sobrepor ao direito coletivo de não ser contaminado por esse vírus. Pasmado ao ver tanta insensibilidade pelo direito coletivo, sabendo que todos nós pagamos muito caro pela conta "de não fazer conta", se o outro sobrevive ou não a essa pandemia Vamos que vamos! Dias melhores virão", Bom dia a todos, Padre Felinto.

**Site:** <https://oprogresonet.com/edicao-digital/221/o-progresso--18-de-fevereiro-de-2021>

# MPMA recomenda transparência na vacinação contra Covid-19 em Bacabal

Em Recomendação enviada nesta segunda-feira, 15, aos prefeitos, secretários municipais de Saúde e Conselhos Municipais de Saúde dos municípios da Comarca de Bacabal, o **Ministério Público** do Maranhão requer a adoção de medidas que garantam a publicidade e transparência no processo de vacinação contra Covid-19, coibindo a imunização de pessoas fora da faixa etária e não pertencentes aos grupos prioritários, determinados pelo Plano Nacional de Vacinação.

Além do município-sede, a Comarca de Bacabal é ainda integrada pelos termos judiciários de Bom Lugar, Conceição do Lago Açu e Lago Verde.

De autoria da titular da 2ª Promotoria de Justiça de Bacabal, promotora de justiça Sandra Soares de Pontes, o documento prevê que seja encaminhado ao **Ministério Público**, pelos prefeitos e secretários de Saúde, diariamente, a relação nominal das pessoas que foram vacinadas contra a Covid-19 no município, indicando o grupo elegível ao qual estão vinculadas, e o número de doses ainda em estoque.

"A medida visa fiscalizar o estoque municipal de vacinas e controle de desvios na aplicação passíveis de responsabilização", esclarece a promotora de justiça.

Foi requerida também a publicidade, no Portal da Transparência, sobre o quantitativo de doses aplicadas, por dia, pelo município, informando o número de vacinas administradas por grupo prioritário, assim como o quantitativo em estoque, para fins de controle social da Campanha Nacional de Vacinação.

Ainda foi recomendado aos gestores municipais que a vacinação contra a Covid-19, do início ao fim, seja rigorosamente fiscalizada, inclusive com o uso de trabalhos de auditoria e de verificações in loco, tomando providências no campo administrativo diante de irregularidades detectadas, com comunicação posterior ao **Ministério Público** no intuito da responsabilização cível e/ou criminal dos agentes envolvidos.

Outra providência sugerida trata-se da divulgação, no Portal da Transparência, do Plano Municipal de Vacinação, inclusive com menção detalhada dos grupos que serão vacinados em cada uma das etapas

e os quantitativos correspondentes, para permitir o controle pela população, com a adequação das unidades destinadas à sua execução e o registro diário das informações nos sistemas, em cumprimento à Portaria GM/MS nº 69, de 14 de janeiro de 2021, e à Nota Informativa nº 1/2021- CGPNI/DEIDT/SVS/MS.

Foi fixado o prazo de cinco dias para que os destinatários informem se acatam a Recomendação e relatem as ações tomadas para seu cumprimento, ou, por outro lado, indiquem as razões para o não acatamento.

**Site:** <https://oprogressonet.com/edicao-digital/221/o-progresso--18-de-fevereiro-de-2021>

# Reunião do Caop Educação avalia impactos de precatórios do Fundef em Imperatriz

O **Ministério Público** do Maranhão, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (**Caop Educação**), realizou, em 11 de fevereiro, uma reunião por videoconferência com membros da Rede de Controle da Gestão Pública no Maranhão, representantes do Município de Imperatriz e da rede local de Controle da Gestão Pública. O objetivo foi acompanhar e fiscalizar a aplicação dos R\$ 100 milhões em recursos precatórios do antigo Fundef recebidos pelo Município, que criou uma rede própria de Controle de Gestão Pública para tal.

Coordenou o encontro a integrante do Caop, promotora de justiça Sandra Fagundes Garcia. Também participou o **promotor de justiça** da Educação de Imperatriz, Domingos Eduardo da Silva.

## ACOMPANHAMENTO

De acordo com o secretário de Educação de Imperatriz, José Antônio Pereira, parte dos precatórios foi usada em reformas em prédios próprios de escolas e construção de novas unidades, qualificação de professores e aquisição de livros, materiais, equipamentos e móveis.

O relato foi reforçado pela procuradora-geral do Município, Alessandra Braga, que informou que o processo de aplicação dos recursos é submetido à Rede de Controle Municipal - que realiza visitas técnicas, com a participação do **MPMA** e do Poder Legislativo - e pode ser acompanhado no Portal da Transparência do Município.

O presidente do Conselho Municipal de Educação de Imperatriz (que participa da Rede de Controle Municipal), Francisco Silvestre, ressaltou que os recursos permitiram melhorias em mais de 50 escolas na cidade.

A promotora de justiça Sandra Garcia ressaltou a importância da melhoria na formação de professores, em atenção à Meta 15 do Plano Nacional de Educação. "É necessária a estruturação de um plano de práticas pedagógicas adequado para esse fim, atentando-se para a observância da lei quanto aos gastos exclusivos em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino", enfatizou a representante do **MPMA**.

## PARCERIAS

O presidente da Escola de Formação de Governantes do Maranhão (EFG), Raimundo Palhano, colocou o órgão à disposição para trabalhar em parceria com o **Caop Educação** e a Fundação Sôsândrade para a criação de um programa de práticas pedagógicas, voltado à formação de conselheiros e professores.

Palhano também destacou o Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação da Educação (Soma), desenvolvido pelo **Caop Educação** com a EFG e a Secretaria de Estado da Educação, para levantamento de estatísticas, estudos e análises da educação no estado e nos municípios, incluindo os impactos dos precatórios do Fundef.

## PRÉDIOS ALUGADOS

Em sua fala, a superintendente da Controladoria-Geral da União no Maranhão (CGU/ MA), Leylane Silva, informou que o órgão havia constatado um grande número de escolas em prédios alugados e, atualmente, este número é de aproximadamente 50%. O plano de aplicação dos precatórios previu a redução desses números, mas, mesmo assim, não foi possível reduzir esse percentual.

Diante disso, a representante da CGU solicitou ao secretário de Educação que disponibilizasse o plano atualizado de aplicação dos recursos com as informações sobre a execução orçamentária.

O presidente do Sindicato dos Professores de Imperatriz, Francisco Messias, reconheceu o esforço da Administração Municipal na melhoria da estrutura e na redução dos prédios alugados, sendo acompanhado pela presidente da Associação dos Gestores da Rede Municipal de Imperatriz, Cleomar Conceição.

O **promotor de justiça** de Educação de Imperatriz recomendou que o Município conheça melhor a proposta do Programa de Práticas Pedagógicas.

Segundo ele, isto poderá contribuir para a melhoria das ações previstas no Plano de Aplicação e avaliar a possibilidade de utilização dos recursos remanescentes na tentativa de diminuir o número de prédios alugados para o funcionamento de escolas.

## PARTICIPANTES

Participaram da reunião, ainda, o secretário adjunto de Ensino de Imperatriz, Domingos Bandeira; o integrante do Tribunal de Contas da União (TCU) no Maranhão, Leonardo Vieira de Melo, além de servidores do **Caop Educação** e da Promotoria de Justiça de Educação.

## SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA

Também foi realizada uma reunião virtual, na manhã do dia 10, que tratou do calendário escolar e da aplicação dos recursos do Fundef, com a Promotoria de Justiça de São Pedro da Água Branca e representantes do Município e do Conselho Municipal de Educação.

Do **MPMA**, participou do encontro a promotora de justiça Sandra Fagundes Garcia, que está respondendo pela Comarca. (CCOM-**MPMA**)

**Site:** <https://oprogressonet.com/educacao-digital/221/o-progresso--18-de-fevereiro-de-2021>

# Suspeito por tripla tentativa de homicídio é capturado em Mata Roma

Material apreendido durante revista na casa de suspeito preso em

Mata Roma (Foto: Divulgação)

A Polícia Civil do Maranhão , por meio do Grupo de Pronto Emprego da Delegacia Regional de Chapadinha, capturou , em cumprimento a mandado de prisão preventiva, um indivíduo suspeito pela prática de uma tripla tentativa de homicídio . A ação ocorreu nessa quarta-feira (17), na cidade de Mata Roma .

Segundo a polícia, em novembro de 2020, o suspeito , na companhia de um comparsa, acertou três pessoas que estavam em duas motocicletas, com disparos de arma de fogo.

Já no mês seguinte, ele atirou em policiais militares durante uma abordagem; e, em razão disso, responde pelo crime de tentativa de homicídio funcional contra agente de **segurança pública**.

O preso, que não teve o nome divulgado, é investigado, ainda, pelos crimes de tráfico de drogas, corrupção de menores e porte ilegal de arma de fogo. Além do mandado de prisão, as equipes cumpriram um mandado de busca e apreensão domiciliar. No local, foram apreendidos uma espingarda de fabricação caseira calibre 12, oito munições calibre 12, um revólver calibre 22, sete munições calibre 22 e 31 "pedras" de substância análoga a crack, prontas para comercialização.

**Site: <https://jornalpequeno.com.br/2021/02/18/suspeito-por-tripla-tentativa-de-homicidio-e-capturado-em-mata-roma/>**

# Promotor de Justiça assume Assessoria Especial da PGJ

Foi realizada, na manhã desta quarta-feira, 17, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, a posse do **promotor de justiça** Ednarg Fernandes Marques no cargo de assessor-chefe da Assessoria Técnica da PGJ. O termo de posse foi assinado pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau.

Durante a posse, Ednarg Marques afirmou que o seu objetivo à frente da Assessoria Técnica é aproximar o setor dos promotores de justiça de todo o estado. "Vamos conciliar um discurso jurídico dos membros do **Ministério Público** à linguagem técnica do setor. Vamos dar um caráter multidisciplinar ao trabalho desenvolvido", afirmou.

Eduardo Nicolau ressaltou a competência e a seriedade do **promotor de justiça**, com quem atuou na Corregedoria Geral do **Ministério Público**. "Tenho absoluta certeza de que vossa excelência vai desempenhar um brilhante trabalho em prol de um **Ministério Público** forte, coeso e ativo".

Participaram da cerimônia de posse os promotores de justiça Esdras Liberalino Soares Júnior (diretor das Promotorias da Capital), Pedro Lino da Silva Curvelo, Carlos Henrique Brasil Teles de Menezes e Danilo José de Castro Ferreira, integrantes do Núcleo de Assessoria Especial de Investigação de Fatos Praticados por Pessoas com Prerrogativa de Foro.

**Site:** <https://omaranhense.com/promotor-de-justica-assume-assessoria-especial-da-pgj/>

# Entidade processará Estado por uso irregular de vigilantes

*Thiago Bastos/ Da editoria de Política*

A direção do Sindicato dos Vigilantes do Maranhão informou que ingressará com pedido de antecipação de tutela de provas e processará o Governo do Estado pelo uso "considerado irregular" de vigilantes para o policiamento do Centro Histórico. Segundo a entidade, a inclusão destes profissionais na função configuraria desvio de função e fere a Lei nº 7.102, de 1983, que trata da função da categoria.

De acordo com a legislação, os vigilantes devem zelar por patrimônio e transporte de valores, não cabendo a eles as tarefas comuns da Polícia Militar. O vice-presidente do Sindicato dos Vigilantes, Daniel Pavão, em vídeo divulgado nas redes sociais, disse que, além do Estado, a empresa responsável pelo grupo que estava no Centro também será alvo de ação judicial. "Esta medida põe em risco a vida do trabalhador. E o trabalhador foi fazer a função, pois é empregado. Com medo de perder o emprego, o vigilante foi. A responsabilidade está sob a empresa e sob o Estado", disse.

O assunto tomou conta das redes sociais nas últimas horas. Com fotos publicadas em grupos de WhatsApp, é possível ver profissionais de segurança privada em um veículo usado na segurança estadual com armas em punho e rendendo um suspeito no Centro Histórico.

Em outra imagem, os profissionais posam na entrada do Convento das Mercês, Desterro (Centro). O assunto repercutiu na sessão de ontem (17) da Assembleia Legislativa (AL).

O deputado estadual Wellington do Curso (PSDB) cobrou na tribuna e disse que protocolará no **Ministério Público** do Maranhão (MP) nos próximos dias com pedido de averiguação do tema. "Não adianta dizer que é um fato isolado, aqui mostra uma viatura, mostra um vigilante e um cidadão deitado no chão algemado por trás. Onde estava a viatura policial militar? Onde estão os policiais militares?", questionou.

A fala do deputado não representou contra-ataque de membros da base do governo. Sobre o assunto, até o fechamento desta edição, o Governo do Maranhão não se manifestou. Nas redes sociais, nenhum aliado do governador Flávio Dino (PCdoB) citou o fato.

Segundo projeto de legislação que tramita no Congresso Nacional, o vigilante é responsável pelo "zelo da guarda do patrimônio". De acordo com o estatuto, um vigilante patrimonial "preserva a segurança de clientes, colaboradores e acompanham a entrada e saída de visitantes".

A legislação não especifica função própria de vigilante para segurança da população em geral.

**Site:**

<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/02/18/entidade-processara-estado-por-uso-irregular-de-vigilantes/>



# Governo do Estado será processado por uso "irregular" de vigilantes

Adireção do Sindicato dos Vigilantes do Maranhão informou que ingressará com pedido de antecipação de tutela de provas e processará o Governo do Estado pelo uso "considerado irregular" de vigilantes para o policiamento do Centro Histórico.

Segundo a entidade, a inclusão desses profissionais na função configuraria desvio de função e fere a Lei nº 7.102, de 1983, que trata da função da categoria.

De acordo com a legislação, os vigilantes devem zelar por patrimônio e transporte de valores, não cabendo a eles as tarefas comuns da Polícia Militar. O vice-presidente do Sindicato dos Vigilantes, Daniel Pavão, em vídeo divulgado nas redes sociais, disse que, além do Estado, a empresa responsável pelo grupo que estava no Centro também será alvo de ação judicial. "Esta medida põe em risco a vida do trabalhador. E o trabalhador foi fazer a função, pois é empregado.

Com medo de perder o emprego, o vigilante foi. A responsabilidade está sob a empresa e sob o Estado", disse.

O assunto tomou conta das redes sociais nas últimas horas. Com fotos publicadas em grupos de WhatsApp, é possível ver profissionais de segurança privada em um veículo usado na segurança estadual com armas em punho e rendendo um suspeito no Centro Histórico.

Em outra imagem, os profissionais posam na entrada do Convento das Mercês, Desterro (Centro). O assunto repercutiu na sessão de ontem (17) da Assembleia Legislativa (AL).

O deputado estadual Wellington do Curso (PSDB) cobrou na tribuna e disse que protocolará no **Ministério Público** do Maranhão (MP) nos próximos dias com pedido de averiguação do tema. "Não adianta dizer que é um fato isolado, aqui mostra uma viatura, mostra um vigilante e um cidadão deitado no chão algemado por trás. Onde estava a viatura policial militar? Onde estão os policiais militares?", questionou.

A fala do deputado não representou contra-ataque de membros da base do governo. Sobre o assunto, até o fechamento desta edição, o Governo do Maranhão não se manifestou.

Nas redes sociais, nenhum aliado do governador Flávio Dino (PCdoB) citou o fato.

Segundo projeto de legislação que tramita no Congresso Nacional, o vigilante é responsável pelo "zelo da guarda do patrimônio". De acordo com o estatuto, um vigilante patrimonial "preserva a segurança de clientes, colaboradores e acompanham a entrada e saída de visitantes".

A legislação não especifica função própria de vigilante para segurança da população em geral

**Site:**

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2021/02/18>

/

# MP pede 43 anos de prisão para policiais velados que torturaram e mataram comerciante em Bacabal

**GILBERTO LIMA**

O

**Ministério Público** do Maranhão ofereceu, nessa quarta-feira (17), denúncia

contra cinco policiais militares do Serviço Velado da Polícia Militar, no

município de São Luís Gonzaga, em função dos crimes cometidos contra as vítimas

Marcos Marcondes do Nascimento Silva, conhecido como "Marquinhos", e José de

Ribamar Neves Leitão, conhecido como "Riba", nos dias 1º e 2 de fevereiro.

A

denúncia, formulada pelo **promotor de justiça** Rodrigo Freire Wiltshire de

Carvalho, é baseada no inquérito policial nº 01/2021, da Superintendência

Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa, da PM. Foram denunciados os

integrantes do 15º Batalhão Francisco Almeida Pinho, Rogério Costa Lima,

Marcelino Henrique Santos Silva, Robson Santos de Oliveira e Gilberto Custódio

dos Santos.

Em

1º de fevereiro, "Riba" estava na fazenda do genro de Gilberto Santos, na

estrada Bela Vista, na zona rural do município de Bacabal (a 35 km de São Luís

Gonzaga), quando o policial o convidou para ir buscar

ração para carneiros.

Ao

invés disso, a vítima foi levada a um loteamento abandonado, às margens da

BR-316. No local, os policiais começaram a torturar "Riba" para obrigá-lo a

confessar o suposto furto de carneiros, que teriam sido vendidos a

"Marquinhos", ex-patrão dele.

Gilberto

deu um golpe chamado "telefone" (bater as duas mãos em forma de concha nos

ouvidos) na vítima e Francisco começou a espancar e enforçar "Riba", que foi

amarrado.

Francisco

colocou um pano e começou a jogar água no rosto da vítima até que este perdesse

os sentidos. Depois de ser reanimado, "Riba" foi jogado no porta-malas de um

veículo.

Os

denunciados foram ao estabelecimento comercial de "Marquinhos" e o forçaram a

entrar no mesmo veículo. Os policiais começaram a agredi-lo, exigindo a

confissão do furto.

Os

acusados levaram as vítimas ao loteamento Mearim Glass, em Bacabal. No local,

"Marquinhos" foi agredido a socos por Francisco, por enforcamento por Gilberto

e Marcelino pulou com os dois pés no peito da vítima.

Gilberto

e Francisco começaram a despejar água sobre o rosto de "Marquinhos", enquanto

os outros policiais seguravam as pernas dele para que não se movimentasse.

Com

uma camisa enrolada na mão, Francisco começou a exigir a confissão do furto,

batendo no rosto da vítima, que parou de respirar e foi a óbito.

Os

policiais decidiram simular um confronto visando afastar suas responsabilidades

com relação à morte de "Marquinhos". Foram a uma estrada vicinal, numa fazenda

no povoado Centro dos Cazuzas, na zona rural do município de São Luís Gonzaga

do Maranhão.

Retiraram

o corpo de "Marquinhos" do veículo, e os policiais Rogério, Marcelino e Robson

seguraram o cadáver e Francisco efetuou um disparo de revólver no peito da

vítima.

Francisco

entregou a arma para Gilberto e mandou que matasse "Riba". Porém, a arma falhou,

o sobrevivente saiu correndo pelo matagal e os policiais efetuaram vários

disparos em direção a "Riba. Após a fuga, os denunciados esconderam o corpo de

"Marquinhos".

Com

o objetivo de simular o confronto policial, foi efetuado um disparo de arma na

perna de Francisco. O fato foi testemunhado por "Riba".

Os

policiais perseguiram a vítima durante toda a noite do dia 1º de fevereiro e

manhã do dia seguinte. "Riba" passou seis dias se escondendo e perambulando

pela zona rural até chegar à casa do irmão dele na periferia de Bacabal,

reaparecendo no dia 8 do mesmo mês.

O

**Ministério Público** requer a condenação dos policiais pelos crimes de falta de

comunicação de prisão, tortura, tortura com resultado de morte, tentativa de

homicídio e ocultação de cadáver. Também solicita que os denunciados sejam

obrigados a indenizar José de Ribamar Neves Leitão e os herdeiros de Marcos

Marcondes do Nascimento Silva em decorrência dos crimes.

Em

caso de condenação, as penas previstas vão de 16 anos e seis meses a 43 anos de

detenção.

.....

- Comerciante

é encontrado morto após ser levado de sua residência por PMs em Bacabal

- PMs

envolvidos na morte de comerciante em Bacabal são presos e transferidos para

São Luís

- Lavrador

que escapou da morte após ser torturado por PMs  
reaparece e conta detalhes do

assassinato de comerciante em Bacabal; veja o vídeo

**Site:** <https://www.gilbertolima.com.br/2021/02/mp-pede-43-anos-de-prisao-para.html>

# Ministério Público pede 43 anos de prisão para policiais velados que torturaram e mataram comerciante em Bacabal

O **Ministério Público** do Maranhão ofereceu, nesta quarta-feira, 17 de fevereiro, Denúncia contra cinco policiais militares do Serviço Velado da Polícia Militar (PM), no município de São Luís Gonzaga, em função dos crimes cometidos contra as vítimas Marcos Marcondes do Nascimento Silva (mais conhecido como "Marquinhos") e José de Ribamar Neves Leitão, (conhecido como "Riba"), nos dias 1º e 2 de fevereiro.

A Denúncia, formulada pelo **promotor de justiça** Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho, é baseada no inquérito policial nº 01/2021, da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa, da PM. Foram denunciados os integrantes do 15º Batalhão Francisco Almeida Pinho, Rogério Costa Lima, Marcelino Henrique Santos Silva, Robson Santos de Oliveira e Gilberto Custódio dos Santos.

## - Trama criminosa

Em 1º de fevereiro, "Riba" estava na fazenda do genro de Gilberto Santos, na estrada Bela Vista, na zona rural do município de Bacabal (a 35 km de São Luís Gonzaga), quando o policial o convidou para ir buscar ração para carneiros.

Ao invés disso, a vítima foi levada a um loteamento abandonado, às margens da BR-316. No local, os policiais começaram a torturar "Riba" para obrigá-lo a confessar o suposto furto de carneiros, que teriam sido vendidos a "Marquinhos", ex-patrão dele.

## - **Tortura** das vítimas

Gilberto deu um golpe chamado "telefone" (bater as duas mãos em forma de concha nos ouvidos) na vítima e Francisco começou a espancar e enforçar "Riba", que foi amarrado.

Francisco colocou um pano e começou a jogar água no rosto da vítima até que este perdesse os sentidos. Depois de ser reanimado, "Riba" foi jogado no porta-malas de um veículo.

Os denunciados foram ao estabelecimento comercial de "Marquinhos" e o forçaram a entrar no mesmo veículo. Os policiais começaram a agredi-lo, exigindo a

confissão do furto.

Os acusados levaram as vítimas ao loteamento Mearim Glass, em Bacabal. No local, "Marquinhos" foi agredido a socos por Francisco, por enforcamento por Gilberto e Marcelino pulou com os dois pés no peito da vítima.

Gilberto e Francisco começaram a despejar água sobre o rosto de "Marquinhos", enquanto os outros policiais seguravam as pernas dele para que não se movimentasse.

Com uma camisa enrolada na mão, Francisco começou a exigir a confissão do furto, batendo no rosto da vítima, que parou de respirar e foi a óbito.

## - Simulação do crime

Os policiais decidiram simular um confronto visando afastar suas responsabilidades com relação à morte de "Marquinhos". Foram a uma estrada vicinal, numa fazenda no povoado Centro dos Cazuzas, na zona rural do município de São Luís Gonzaga do Maranhão.

Retiraram o corpo de "Marquinhos" do veículo, e os policiais Rogério, Marcelino e Robson seguraram o cadáver e Francisco efetuou um disparo de revólver no peito da vítima.

Francisco entregou a arma para Gilberto e mandou que matasse "Riba". Porém, a arma falhou, o sobrevivente saiu correndo pelo matagal e os policiais efetuaram vários disparos em direção a "Riba". Após a fuga, os denunciados esconderam o corpo de "Marquinhos".

Com o objetivo de simular o confronto policial, foi efetuado um disparo de arma na perna de Francisco. O fato foi testemunhado por "Riba".

Os policiais perseguiram a vítima durante toda a noite do dia 1º de fevereiro e manhã do dia seguinte. "Riba" passou seis dias se escondendo e perambulando pela zona rural até chegar à casa do irmão dele na periferia de Bacabal, reaparecendo no dia 8 do mesmo mês.

- Pedidos de condenação

O **Ministério Público** requer a condenação dos policiais pelos crimes de falta de comunicação de prisão, **tortura**, **tortura** com resultado de morte, tentativa de homicídio e ocultação de cadáver. Também solicita que os denunciados sejam obrigados a indenizar José de Ribamar Neves Leitão e os herdeiros de Marcos Marcondes do Nascimento Silva em decorrência dos crimes.

Em caso de condenação, as penas previstas vão de 16 anos e seis meses a 43 anos de detenção.

LEIA TAMBÉM:

- VÍDEO: Vaqueiro que sobreviveu a **tortura** da milícia de Bacabal reaparece e conta como tudo aconteceu

- Caso bárbaro envolvendo cinco PM's que torturaram e mataram comerciante em Bacabal repercute a nível nacional

**Site:** <https://www.domingoscosta.com.br/ministerio-publico-pede-43-anos-de-prisao-para-policiais-velados-que-torturaram-e-mataram-comerciante-em-bacabal/>

# Wellington pede investigação sobre denúncia na área de segurança pública

O deputado estadual Wellington do Curso (PSDB) protocolou representação, junto ao **Ministério Público**, pedindo investigação de indícios de utilização de vigilância privada na **segurança pública** estadual, segundo alega o parlamentar no documento.

Conforme o deputado, a representação é fundamentada com imagens que demonstram vigilantes uniformizados ao lado de viatura com a marca do Governo do Estado e slogan de programa intitulado Centro Seguro".

Wellington defende que, como há demanda por mais segurança, isto confirma a necessidade de nomeação de mais policiais, abrangendo, inclusive, os 1.700 soldados formados pelo último concurso público.

"O objetivo da representação é a investigação da denúncia de utilização de vigilantes em atividades referentes à **segurança pública**. É ilegal a contratação de vigilantes em vez de policiais. Além disso, ainda que fossem contratados para a segurança patrimonial, não é o que ocorre, uma vez que as imagens mostram que eles estão usando algemas e fazendo a detenção de cidadãos. E se há demanda por mais segurança, por que não nomear os aprovados no último concurso da Polícia Militar? Espero que o MP investigue e adote as devidas providências", afirmou o parlamentar.

**Site:** <http://www.al.ma.leg.br/./noticias/40753>

# Wellington pede investigação sobre denúncia na área de segurança pública

O deputado estadual Wellington do Curso (PSDB) protocolou representação, junto ao **Ministério Público**, pedindo investigação de "indícios de utilização de vigilância privada na **segurança pública** estadual", segundo alega o parlamentar no documento.

Conforme o deputado, a representação é fundamentada com imagens "que demonstram vigilantes uniformizados ao lado de viatura com a marca do Governo do Estado e slogan de programa intitulado 'Centro Seguro'".

Wellington defende que, como há demanda por mais segurança, isto confirma a necessidade de nomeação de mais policiais, abrangendo, inclusive, os 1.700 soldados formados pelo último concurso público.

"O objetivo da representação é a investigação da denúncia de utilização de vigilantes em atividades referentes à **segurança pública**. É ilegal a contratação de vigilantes em vez de policiais. Além disso, ainda que fossem contratados para a segurança patrimonial, não é o que ocorre, uma vez que as imagens mostram que eles estão usando algemas e fazendo a detenção de cidadãos. E se há demanda por mais segurança, por que não nomear os aprovados no último concurso da Polícia Militar? Espero que o MP investigue e adote as devidas providências", afirmou o parlamentar.

**Site: <https://omaranhense.com/wellington-pede-investigacao-sobre-denuncia-na-area-de-seguranca-publica/>**



# Comissão de Gestão Ambiental do MPMA discute a implementação de práticas sustentáveis

A Comissão de Gestão Ambiental do **Ministério Público** do Maranhão realizou, na manhã desta quarta-feira, 17, uma reunião para discutir a adoção de práticas sustentáveis no ambiente de trabalho. A reunião contou com a presença do procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e do **promotor de justiça** do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural, Luís Fernando Cabral Barreto Júnior.

A presidente da Comissão e procuradora de justiça, Mariléa Campos, iniciou a discussão abordando as medidas que estão sendo adotadas a fim de promover a sustentabilidade nos espaços do **MPMA**. Mariléa Campos destacou o projeto que prevê a implantação, na área externa da PGJ, de uma feira de alimentos naturais.

"Estamos trabalhando para uma realização semanal de uma feira que ofereça alimentos naturais, tendo em vista a promoção da consciência ambiental especialmente sobre um setor básico que é a alimentação", disse a procuradora de justiça.

Mariléa Campos também falou sobre a iniciativa do Poder Legislativo estadual que propõe a atualização do Código de Proteção do Meio Ambiente do Maranhão, instituído em 1993. "A atualização do Código será discutida por uma equipe de juristas, que eu também farei parte. A discussão é muito importante, especialmente vinda do Poder Legislativo, que terá o papel de abalizar tal legislação", destacou Mariléa Campos.

Eduardo Nicolau falou sobre a importância do debate sobre as medidas ambientais, bem como das iniciativas já implementadas pela Comissão. "A discussão que estamos promovendo, para além do **Ministério Público**, tem o objetivo de contribuir para a adoção de medidas sustentáveis em São Luís, como a arborização da cidade, bem como o desenvolvimento da consciência ambiental de todos, começando por pequenas ações no nosso cotidiano", ressaltou o procurador-geral de justiça.

O **promotor de justiça** Fernando Barreto fez uma abordagem histórica sobre o movimento ambientalista e as discussões surgidas desde a década de 1960,

quando a iniciativa ganhou maior projeção internacional. Também foi ressaltada por ele a necessidade de difusão da ideia de que a causa ambiental "não é apenas uma questão de ambientalistas, mas de todos os cidadãos".

"É importante frisar que os problemas ambientais não devem ficar circunscritos apenas aos ambientalistas. São demandas que devem fazer parte do cotidiano de todos. Assim, através do reforço de que pequenas atitudes fazem diferença, poderemos contribuir para a resolução dos problemas, em que os impactos serão sentidos daqui a algumas gerações", disse o **promotor de justiça**.

A reunião também teve a presença da professora do curso de Agronomia da Universidade Estadual do Maranhão e orientadora do projeto Café Sustentável (uma parceria do **MPMA** com a Uema), Ariadne Enes Rocha. Ela falou sobre as medidas de preservação ambiental, no âmbito das instituições, que já estão em tramitação.

"O Café Sustentável já está no processo de produção das mudas de plantas que serão também utilizadas no projeto 'Estacionamento Verde', que prevê a doação dessas plantas para as instituições que aderirem a essa iniciativa, tendo em vista a arborização desses espaços", disse a professora universitária.

A reunião teve, ainda, a presença do diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais, José Márcio Maia Alves, do diretor-geral da PGJ, Júlio César Guimarães, além de servidores e coordenadores que integram a Comissão.

**Site:** <https://omaranhense.com/comissao-de-gestao-ambiental-do-mpma-discute-a-implementacao-de-praticas-sustentaveis/>

# MPMA denuncia policiais do Serviço Velado da PM por cinco crimes

O **Ministério Público** do Maranhão ofereceu, nesta quarta-feira, 17 de fevereiro, Denúncia contra cinco policiais militares do Serviço Velado da Polícia Militar (PM), no município de São Luís Gonzaga, em função dos crimes cometidos contra as vítimas Marcos Marcondes do Nascimento Silva (mais conhecido como "Marquinhos") e José de Ribamar Neves Leitão, (conhecido como "Riba"), nos dias 1º e 2 de fevereiro.

A Denúncia, formulada pelo **promotor de justiça** Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho, é baseada no inquérito policial nº 01/2021, da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa, da PM. Foram denunciados os integrantes do 15º Batalhão Francisco Almeida Pinho, Rogério Costa Lima, Marcelino Henrique Santos Silva, Robson Santos de Oliveira e Gilberto Custódio dos Santos.

## CRIMES

Em 1º de fevereiro, "Riba" estava na fazenda do genro de Gilberto Santos, na estrada Bela Vista, na zona rural do município de Bacabal (a 35 km de São Luís Gonzaga), quando o policial o convidou para ir buscar ração para carneiros.

Ao invés disso, a vítima foi levada a um loteamento abandonado, às margens da BR-316. No local, os policiais começaram a torturar "Riba" para obrigá-lo a confessar o suposto furto de carneiros, que teriam sido vendidos a "Marquinhos", ex-patrão dele.

## TORTURA

Gilberto deu um golpe chamado "telefone" (bater as duas mãos em forma de concha nos ouvidos) na vítima e Francisco começou a espancar e enforçar "Riba", que foi amarrado.

Francisco colocou um pano e começou a jogar água no rosto da vítima até que este perdesse os sentidos. Depois de ser reanimado, "Riba" foi jogado no porta-malas de um veículo.

Os denunciados foram ao estabelecimento comercial de "Marquinhos" e o forçaram a entrar no mesmo veículo. Os policiais começaram a agredi-lo, exigindo a confissão do furto.

Os acusados levaram as vítimas ao loteamento

Mearim Glass, em Bacabal. No local, "Marquinhos" foi agredido a socos por Francisco, por enforcamento por Gilberto e Marcelino pulou com os dois pés no peito da vítima.

Gilberto e Francisco começaram a despejar água sobre o rosto de "Marquinhos", enquanto os outros policiais seguravam as pernas dele para que não se movimentasse.

Com uma camisa enrolada na mão, Francisco começou a exigir a confissão do furto, batendo no rosto da vítima, que parou de respirar e foi a óbito.

## SIMULAÇÃO

Os policiais decidiram simular um confronto visando afastar suas responsabilidades com relação à morte de "Marquinhos". Foram a uma estrada vicinal, numa fazenda no povoado Centro dos Cazuzas, na zona rural do município de São Luís Gonzaga do Maranhão.

Retiraram o corpo de "Marquinhos" do veículo, e os policiais Rogério, Marcelino e Robson seguraram o cadáver e Francisco efetuou um disparo de revólver no peito da vítima.

Francisco entregou a arma para Gilberto e mandou que matasse "Riba". Porém, a arma falhou, o sobrevivente saiu correndo pelo matagal e os policiais efetuaram vários disparos em direção a "Riba". Após a fuga, os denunciados esconderam o corpo de "Marquinhos".

Com o objetivo de simular o confronto policial, foi efetuado um disparo de arma na perna de Francisco. O fato foi testemunhado por "Riba".

Os policiais perseguiram a vítima durante toda a noite do dia 1º de fevereiro e manhã do dia seguinte. "Riba" passou seis dias se escondendo e perambulando pela zona rural até chegar à casa do irmão dele na periferia de Bacabal, reaparecendo no dia 8 do mesmo mês.

## PEDIDOS

O **Ministério Público** requer a condenação dos policiais pelos crimes de falta de comunicação de prisão, **tortura, tortura** com resultado de morte, tentativa de homicídio e ocultação de cadáver.

Também solicita que os denunciados sejam obrigados a indenizar José de Ribamar Neves Leitão e os herdeiros de Marcos Marcondes do Nascimento Silva em decorrência dos crimes.

Em caso de condenação, as penas previstas vão de 16 anos e seis meses a 43 anos de detenção.

**Site:** <https://omaranhense.com/mpma-denuncia-policiais-do-servico-velado-da-pm-por-cinco-crimes/>

# MPMA emite Recomendação sobre acompanhamento pré-natal

A Promotoria de Justiça da Comarca de Arari encaminhou, nesta segunda-feira, 15, uma Recomendação à Secretaria Municipal de Saúde, apontando uma série de medidas a serem adotadas no acompanhamento das mulheres gestantes.

O documento, assinado pela promotora de justiça Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira, orienta que os agentes comunitários de saúde façam a captação precoce de gestantes, até o primeiro trimestre de gestação.

O Município deve assegurar a realização de, no mínimo, seis consultas de pré-natal, sendo uma no primeiro trimestre, duas no segundo e três no terceiro trimestre. Além disso, deve ser feita a classificação do risco gestacional a cada consulta. As grávidas classificadas como alto risco, devem ser encaminhadas aos hospitais de referência pactuados para o pré-natal de alto risco: o Hospital Regional Adélia Matos ou a Maternidade de Alta Complexidade do Maranhão.

Em caso de intercorrências na gravidez que demandem assistência especializada não disponibilizada no município, a gestante deve ser encaminhada às unidades de referência com cópia do prontuário médico no hospital de origem e da Caderneta da Gestante.

O **Ministério Público** também recomendou que seja efetivado o cadastro das gestantes no sistema eSUS-AB, do Ministério da Saúde, e no Sistema Mãe Maranhense, da Secretaria de Estado da Saúde. As informações devem ser atualizadas periodicamente, bem como os registros na Caderneta de Saúde da Gestante.

As equipes de atenção primária deverão vincular os hospitais que cada gestante deverá procurar em caso de trabalho de parto, de acordo com o risco gestacional. Essa informação precisa ser de conhecimento das mulheres desde os primeiros meses de gestação. Além disso, o transporte adequado deve ser garantido pela Prefeitura.

A Recomendação traz, ainda, uma série de exames complementares que devem ser solicitados, além de uma lista de medicações fundamentais e equipamentos que devem estar disponíveis em todos

os postos e unidades básicas de saúde.

Após o parto, a equipe de atenção primária deve fazer o acompanhamento da mulher e do recém-nascido, avaliando as suas condições de saúde e orientando as famílias sobre a amamentação e os cuidados básicos. Também deve ser avaliada a interação da mãe com o bebê, identificadas situações de risco ou intercorrências e orientado o planejamento familiar.

A Promotoria deu prazo de 30 dias úteis para que a Secretaria Municipal de Saúde de Arari se manifeste sobre o acatamento ou não da Recomendação. Se a resposta for negativa, deverá ser apresentada justificativa com os motivos pelos quais não é possível o cumprimento das medidas.

**Site:** <https://omaranhense.com/mpma-emite-recomendacao-sobre-acompanhamento-pre-natal/>

# Em denúncia, MP relata tortura realizada por PM's ao comerciante Marquinhos

## Da redação

O **Ministério Público** do Maranhão ofereceu, na última quarta-feira (17), a denúncia contra cinco policiais militares, que segundo o **Ministério Público**, são do Serviço Velado da Polícia Militar (PM).

O crime ocorreu no município de São Luís Gonzaga, em função dos crimes cometidos contra as vítimas Marcos Marcondes do Nascimento Silva (mais conhecido como "Marquinhos") e José de Ribamar Neves Leitão, (conhecido como "Riba"), nos dias 1º e 2 de fevereiro.

A Denúncia foi formulada pelo **promotor de justiça** Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho e é baseada no inquérito policial nº 01/2021, da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa, da PM. Foram denunciados os integrantes do 15º Batalhão.

O **Ministério Público** pediu a condenação dos policiais pelos crimes de falta de comunicação de prisão, **tortura, tortura** com resultado de morte, tentativa de homicídio e ocultação de cadáver. Também solicita que os denunciados sejam obrigados a indenizar José de Ribamar Neves Leitão e os herdeiros de Marcos Marcondes do Nascimento Silva em decorrência dos crimes .

Em caso de condenação, as penas previstas vão de 16 anos e seis meses a 43 anos de detenção.

Confira abaixo a descrição dos crimes, **tortura** e simulação de acordo com o **Ministério Público**:

Em 1º de fevereiro, "Riba" estava na fazenda do genro de Gilberto Santos, na estrada Bela Vista, na zona rural do município de Bacabal (a 35 km de São Luís Gonzaga), quando o policial o convidou para ir buscar ração para carneiros.

Ao invés disso, a vítima foi levada a um loteamento abandonado, às margens da BR-316. No local, os policiais começaram a torturar "Riba" para obrigá-lo a confessar o suposto furto de carneiros, que teriam sido vendidos a "Marquinhos", ex-patrão dele.

Gilberto deu um golpe chamado "telefone" (bater as duas mãos em forma de concha nos ouvidos) na vítima e Francisco começou a espancar e enforçar

"Riba", que foi amarrado.

Francisco colocou um pano e começou a jogar água no rosto da vítima até que este perdesse os sentidos. Depois de ser reanimado, "Riba" foi jogado no porta-malas de um veículo.

Os denunciados foram ao estabelecimento comercial de "Marquinhos" e o forçaram a entrar no mesmo veículo. Os policiais começaram a agredi-lo, exigindo a confissão do furto.

Os acusados levaram as vítimas ao loteamento Mearim Glass, em Bacabal. No local, "Marquinhos" foi agredido a socos por Francisco, por enforcamento por Gilberto e Marcelino pulou com os dois pés no peito da vítima.

Gilberto e Francisco começaram a despejar água sobre o rosto de "Marquinhos", enquanto os outros policiais seguravam as pernas dele para que não se movimentasse.

Com uma camisa enrolada na mão, Francisco começou a exigir a confissão do furto, batendo no rosto da vítima, que parou de respirar e foi a óbito.

Os policiais decidiram simular um confronto visando afastar suas responsabilidades com relação à morte de "Marquinhos". Foram a uma estrada vicinal, numa fazenda no povoado Centro dos Cazuzas, na zona rural do município de São Luís Gonzaga do Maranhão.

Retiraram o corpo de "Marquinhos" do veículo, e os policiais Rogério, Marcelino e Robson seguraram o cadáver e Francisco efetuou um disparo de revólver no peito da vítima.

Francisco entregou a arma para Gilberto e mandou que matasse "Riba". Porém, a arma falhou, o sobrevivente saiu correndo pelo matagal e os policiais efetuaram vários disparos em direção a "Riba. Após a fuga, os denunciados esconderam o corpo de "Marquinhos".

Com o objetivo de simular o confronto policial, foi efetuado um disparo de arma na perna de Francisco. O fato foi testemunhado por "Riba".

Os policiais perseguiram a vítima durante toda a noite

do dia 1º de fevereiro e manhã do dia seguinte. "Riba" passou seis dias se escondendo e perambulando pela zona rural até chegar à casa do irmão dele na periferia de Bacabal, reaparecendo no dia 8 do mesmo mês.

Da Redação com informações de CCOM-MPMA.

**Site:** <https://oimparcial.com.br/policia/2021/02/em-denuncia-mp-relata-tortura-realizada-por-pms-ao-comerciante-marquinhos/>

# MPMA denuncia policiais do Serviço Velado da PM por cinco crimes

## O Estado do Maranhão

SÃO LUÍS - O **Ministério Público** do Maranhão ofereceu, nesta quarta-feira, 17 de fevereiro, Denúncia contra cinco policiais militares do Serviço Velado da Polícia Militar (PM), no município de São Luís Gonzaga, em função dos crimes cometidos contra as vítimas Marcos Marcondes do Nascimento Silva (mais conhecido como "Marquinhos") e José de Ribamar Neves Leitão, (conhecido como "Riba"), nos dias 1º e 2 de fevereiro.

A Denúncia, formulada pelo **promotor de justiça** Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho, é baseada no inquérito policial nº 01/2021, da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa, da PM. Foram denunciados os integrantes do 15º Batalhão Francisco Almeida Pinho, Rogério Costa Lima, Marcelino Henrique Santos Silva, Robson Santos de Oliveira e Gilberto Custódio dos Santos.

## CRIMES

Em 1º de fevereiro, "Riba" estava na fazenda do genro de Gilberto Santos, na estrada Bela Vista, na zona rural do município de Bacabal (a 35 km de São Luís Gonzaga), quando o policial o convidou para ir buscar ração para carneiros. Ao invés disso, a vítima foi levada a um loteamento abandonado, às margens da BR-316. No local, os policiais começaram a torturar "Riba" para obrigá-lo a confessar o suposto furto de carneiros, que teriam sido vendidos a "Marquinhos", ex-patrão dele.

## TORTURA

Gilberto deu um golpe chamado "telefone" (bater as duas mãos em forma de concha nos ouvidos) na vítima e Francisco começou a espancar e enforçar "Riba", que foi amarrado.

Francisco colocou um pano e começou a jogar água no rosto da vítima até que este perdesse os sentidos. Depois de ser reanimado, "Riba" foi jogado no portamalas de um veículo.

Os denunciados foram ao estabelecimento comercial de "Marquinhos" e o forçaram a entrar no mesmo veículo. Os policiais começaram a agredi-lo, exigindo a confissão do furto.

Os acusados levaram as vítimas ao loteamento Mearim Glass, em Bacabal. No local, "Marquinhos" foi agredido a socos por Francisco, por enforcamento por Gilberto e Marcelino pulou com os dois pés no peito da vítima.

Gilberto e Francisco começaram a despejar água sobre o rosto de "Marquinhos", enquanto os outros policiais seguravam as pernas dele para que não se movimentasse.

Com uma camisa enrolada na mão, Francisco começou a exigir a confissão do furto, batendo no rosto da vítima, que parou de respirar e foi a óbito.

## SIMULAÇÃO

Os policiais decidiram simular um confronto visando afastar suas responsabilidades com relação à morte de "Marquinhos". Foram a uma estrada vicinal, numa fazenda no povoado Centro dos Cazuzas, na zona rural do município de São Luís Gonzaga do Maranhão.

Retiraram o corpo de "Marquinhos" do veículo, e os policiais Rogério, Marcelino e Robson seguraram o cadáver e Francisco efetuou um disparo de revólver no peito da vítima.

Francisco entregou a arma para Gilberto e mandou que matasse "Riba". Porém, a arma falhou, o sobrevivente saiu correndo pelo matagal e os policiais efetuaram vários disparos em direção a "Riba". Após a fuga, os denunciados esconderam o corpo de "Marquinhos".

Com o objetivo de simular o confronto policial, foi efetuado um disparo de arma na perna de Francisco. O fato foi testemunhado por "Riba".

Os policiais perseguiram a vítima durante toda a noite do dia 1º de fevereiro e manhã do dia seguinte. "Riba" passou seis dias se escondendo e perambulando pela zona rural até chegar à casa do irmão dele na periferia de Bacabal, reaparecendo no dia 8 do mesmo mês.

## PEDIDOS

O **Ministério Público** requer a condenação dos policiais pelos crimes de falta de comunicação de

prisão, **tortura**, **tortura** com resultado de morte, tentativa de homicídio e ocultação de cadáver. Também solicita que os denunciados sejam obrigados a indenizar José de Ribamar Neves Leitão e os herdeiros de Marcos Marcondes do Nascimento Silva em decorrência dos crimes.

Em caso de condenação, as penas previstas vão de 16 anos e seis meses a 43 anos de detenção.

**Site:**

**<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/02/18/mpm-a-denuncia-policiais-do-servico-velado-da-pm-por-cinco-crimes/>**



# Ministério Público denuncia policiais do serviço velado da PM por cinco crimes

## Assessoria

O **Ministério Público** do Maranhão ofereceu, nesta quarta-feira (17) denúncia contra cinco policiais militares do Serviço Velado da Polícia Militar (PM), no município de São Luís Gonzaga, em função dos crimes cometidos contra as vítimas Marcos Marcondes do Nascimento Silva (mais conhecido como "Marquinhos") e José de Ribamar Neves Leitão, (conhecido como "Riba"), nos dias 1º e 2 de fevereiro.

A Denúncia, formulada pelo **promotor de justiça** Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho, é baseada no inquérito policial nº 01/2021, da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa, da PM. Foram denunciados os integrantes do 15º Batalhão Francisco Almeida Pinho, Rogério Costa Lima, Marcelino Henrique Santos Silva, Robson Santos de Oliveira e Gilberto Custódio dos Santos.

## CRIMES

Em 1º de fevereiro, "Riba" estava na fazenda do genro de Gilberto Santos, na estrada Bela Vista, na zona rural do município de Bacabal (a 35 km de São Luís Gonzaga), quando o policial o convidou para ir buscar ração para carneiros.

Ao invés disso, a vítima foi levada a um loteamento abandonado, às margens da BR-316. No local, os policiais começaram a torturar "Riba" para obrigá-lo a confessar o suposto furto de carneiros, que teriam sido vendidos a "Marquinhos", ex-patrão dele.

## TORTURA

Gilberto deu um golpe chamado "telefone" (bater as duas mãos em forma de concha nos ouvidos) na vítima e Francisco começou a espancar e enforçar "Riba", que foi amarrado.

Francisco colocou um pano e começou a jogar água no rosto da vítima até que este perdesse os sentidos. Depois de ser reanimado, "Riba" foi jogado no portamalas de um veículo.

Os denunciados foram ao estabelecimento comercial de "Marquinhos" e o forçaram a entrar no mesmo veículo. Os policiais começaram a agredi-lo, exigindo a confissão do furto.

Os acusados levaram as vítimas ao loteamento Mearim Glass, em Bacabal. No local, "Marquinhos" foi agredido a socos por Francisco, por enforcamento por Gilberto e Marcelino pulou com os dois pés no peito da vítima.

Gilberto e Francisco começaram a despejar água sobre o rosto de "Marquinhos", enquanto os outros policiais seguravam as pernas dele para que não se movimentasse.

Com uma camisa enrolada na mão, Francisco começou a exigir a confissão do furto, batendo no rosto da vítima, que parou de respirar e foi a óbito.

## SIMULAÇÃO

Os policiais decidiram simular um confronto visando afastar suas responsabilidades com relação à morte de "Marquinhos". Foram a uma estrada vicinal, numa fazenda no povoado Centro dos Cazuzas, na zona rural do município de São Luís Gonzaga do Maranhão.

Retiraram o corpo de "Marquinhos" do veículo, e os policiais Rogério, Marcelino e Robson seguraram o cadáver e Francisco efetuou um disparo de revólver no peito da vítima.

Francisco entregou a arma para Gilberto e mandou que matasse "Riba". Porém, a arma falhou, o sobrevivente saiu correndo pelo matagal e os policiais efetuaram vários disparos em direção a "Riba". Após a fuga, os denunciados esconderam o corpo de "Marquinhos".

Com o objetivo de simular o confronto policial, foi efetuado um disparo de arma na perna de Francisco. O fato foi testemunhado por "Riba".

Os policiais perseguiram a vítima durante toda a noite do dia 1º de fevereiro e manhã do dia seguinte. "Riba" passou seis dias se escondendo e perambulando pela zona rural até chegar à casa do irmão dele na periferia de Bacabal, reaparecendo no dia 8 do mesmo mês.

## PEDIDOS

O **Ministério Público** requer a condenação dos policiais pelos crimes de falta de comunicação de

prisão, **tortura**, **tortura** com resultado de morte, tentativa de homicídio e ocultação de cadáver. Também solicita que os denunciados sejam obrigados a indenizar José de Ribamar Neves Leitão e os herdeiros de Marcos Marcondes do Nascimento Silva em decorrência dos crimes.

Em caso de condenação, as penas previstas vão de 16 anos e seis meses a 43 anos de detenção.

**Site:** <https://www.ma10.com.br/2021/02/18/ministerio-publico-denuncia-policiais-do-servico-velado-da-pm-por-cinco-crimes/>

# Em denúncia, MP relata tortura realizada por PM's

O **Ministério Público** do Maranhão ofereceu, na última quarta-feira (17), a denúncia contra cinco policiais militares, que segundo o **Ministério Público**, são do Serviço Velado da Polícia Militar (PM).

O crime ocorreu no município de São Luís Gonzaga, em função dos crimes cometidos contra as vítimas Marcos Marcondes do Nascimento Silva (mais conhecido como "Marquinhos") e José de Ribamar Neves Leitão, (conhecido como "Riba"), nos dias 1º e 2 de fevereiro.

A Denúncia foi formulada pelo **promotor de justiça** Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho e é baseada no inquérito policial nº 01/2021, da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa, da PM. Foram denunciados os integrantes do 15º Batalhão.

O **Ministério Público** pediu a condenação dos policiais pelos crimes de falta de comunicação de prisão, **tortura**, **tortura** com resultado de morte, tentativa de homicídio e ocultação de cadáver. Também solicita que os denunciados sejam obrigados a indenizar José de Ribamar Neves Leitão e os herdeiros de Marcos Marcondes do Nascimento Silva em decorrência dos crimes.

Em caso de condenação, as penas previstas vão de 16 anos e seis meses a 43 anos de detenção.

Confira abaixo a descrição dos crimes, **tortura** e simulação de acordo com o **Ministério Público**:

## CRIMES

Em 1º de fevereiro, "Riba" estava na fazenda do genro de Gilberto Santos, na estrada Bela Vista, na zona rural do município de Bacabal (a 35 km de São Luís Gonzaga), quando o policial o convidou para ir buscar ração para carneiros.

Ao invés disso, a vítima foi levada a um loteamento abandonado, às margens da BR-316. No local, os policiais começaram a torturar "Riba" para obrigá-lo a confessar o suposto furto de carneiros, que teriam sido vendidos a "Marquinhos", ex-patrão dele.

## TORTURA

Gilberto deu um golpe chamado "telefone" (bater as

duas mãos em forma de concha nos ouvidos) na vítima e Francisco começou a espancar e enforçar "Riba", que foi amarrado.

Francisco colocou um pano e começou a jogar água no rosto da vítima até que este perdesse os sentidos. Depois de ser reanimado, "Riba" foi jogado no porta-malas de um veículo.

Os denunciados foram ao estabelecimento comercial de "Marquinhos" e o forçaram a entrar no mesmo veículo. Os policiais começaram a agredi-lo, exigindo a confissão do furto.

Os acusados levaram as vítimas ao loteamento Mearim Glass, em Bacabal. No local, "Marquinhos" foi agredido a socos por Francisco, por enforcamento por Gilberto e Marcelino pulou com os dois pés no peito da vítima.

Gilberto e Francisco começaram a despejar água sobre o rosto de "Marquinhos", enquanto os outros policiais seguravam as pernas dele para que não se movimentasse.

Com uma camisa enrolada na mão, Francisco começou a exigir a confissão do furto, batendo no rosto da vítima, que parou de respirar e foi a óbito.

## SIMULAÇÃO

Os policiais decidiram simular um confronto visando afastar suas responsabilidades com relação à morte de "Marquinhos". Foram a uma estrada vicinal, numa fazenda no povoado Centro dos Cazuzas, na zona rural do município de São Luís Gonzaga do Maranhão.

Retiraram o corpo de "Marquinhos" do veículo, e os policiais Rogério, Marcelino e Robson seguraram o cadáver e Francisco efetuou um disparo de revólver no peito da vítima.

Francisco entregou a arma para Gilberto e mandou que matasse "Riba". Porém, a arma falhou, o sobrevivente saiu correndo pelo matagal e os policiais efetuaram vários disparos em direção a "Riba". Após a fuga, os denunciados esconderam o corpo de "Marquinhos".

Com o objetivo de simular o confronto policial, foi

efetuado um disparo de arma na perna de Francisco. O fato foi testemunhado por "Riba".

Os policiais perseguiram a vítima durante toda a noite do dia 1º de fevereiro e manhã do dia seguinte. "Riba" passou seis dias se escondendo e perambulando pela zona rural até chegar à casa do irmão dele na periferia de Bacabal, reaparecendo no dia 8 do mesmo mês.

**Site:** <https://ma-mais.com.br/index.php/2021/02/18/em-denuncia-mp-relata-tortura-realizada-por-pms/>

# Policiais do Serviço Velado da PM são denunciados por assassinato de comerciante em Bacabal

O **Ministério Público** do Maranhão ofereceu, nessa quarta-feira, 17 de fevereiro, Denúncia contra cinco policiais militares do Serviço Velado, no município de São Luís Gonzaga, em função dos crimes cometidos contra as vítimas Marcos Marcondes do Nascimento Silva (mais conhecido como "Marquinhos") e José de Ribamar Neves Leitão, (conhecido como "Riba"), nos dias 1º e 2 de fevereiro deste ano, no município de Bacabal.

O comerciante Marcos Santos

foi levado da porta de seu comércio e encontrado morto

em matagal (Foto: Divulgação)

A Denúncia, formulada pelo **promotor de justiça** Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho é baseada no inquérito policial nº 01/2021, da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa, da PM. Foram denunciados os integrantes do 15º Batalhão Francisco Almeida Pinho, Rogério Costa Lima, Marcelino Henrique Santos Silva, Robson Santos de Oliveira e Gilberto Custódio dos Santos.

## CRIMES

Em 1º de fevereiro, "Riba" estava na fazenda do genro de Gilberto Santos, na estrada Bela Vista, na zona rural do município de Bacabal (a 35 km de São Luís Gonzaga), quando o policial o convidou para ir buscar ração para carneiros.

Ao invés disso, a vítima foi levada a um loteamento abandonado, às margens da BR-316. No local, os policiais começaram a torturar "Riba" para obrigá-lo a confessar o suposto furto de carneiros, que teriam sido vendidos a "Marquinhos", ex-patrão dele.

## TORTURA

Gilberto deu um golpe chamado "telefone" (bater as duas mãos em forma de concha nos ouvidos) na vítima e Francisco começou a espancar e enforcar "Riba", que foi amarrado.

O lavrador José de Ribamar contou detalhes da ação cometida pelos

PMs contra ele e o empresário "Marquinhos" (Foto: Divulgação)

Francisco colocou um pano e começou a jogar água no rosto da vítima até que este perdesse os sentidos. Depois de ser reanimado, "Riba" foi jogado no portamalas de um veículo.

Os denunciados foram ao estabelecimento comercial de "Marquinhos" e o forçaram a entrar no mesmo veículo. Os policiais começaram a agredi-lo, exigindo a confissão do furto.

Os acusados levaram as vítimas ao loteamento Mearim Glass, em Bacabal. No local, "Marquinhos" foi agredido a socos por Francisco, por enforcamento por Gilberto e Marcelino pulou com os dois pés no peito da vítima.

Gilberto e Francisco começaram a despejar água sobre o rosto de "Marquinhos", enquanto os outros policiais seguravam as pernas dele para que não se movimentasse.

Com uma camisa enrolada na mão, Francisco começou a exigir a confissão do furto, batendo no rosto da vítima, que parou de respirar e foi a óbito.

## SIMULAÇÃO

Os policiais decidiram simular um confronto visando afastar suas responsabilidades com relação à morte de "Marquinhos". Foram a uma estrada vicinal, numa fazenda no povoado Centro dos Cazuzas, na zona rural do município de São Luís Gonzaga do Maranhão.

Retiraram o corpo de "Marquinhos" do veículo, e os policiais Rogério, Marcelino e Robson seguraram o cadáver e Francisco efetuou um disparo de revólver no peito da vítima.

Francisco entregou a arma para Gilberto e mandou que matasse "Riba". Porém, a arma falhou, o sobrevivente saiu correndo pelo matagal e os policiais

efetuaram vários disparos em direção a "Riba. Após a fuga, os denunciados esconderam o corpo de "Marquinhos".

Com o objetivo de simular o confronto policial, foi efetuado um disparo de arma na perna de Francisco. O fato foi testemunhado por "Riba".

Os policiais perseguiram a vítima durante toda a noite do dia 1º de fevereiro e manhã do dia seguinte. "Riba" passou seis dias se escondendo e perambulando pela zona rural até chegar à casa do irmão dele na periferia de Bacabal, reaparecendo no dia 8 do mesmo mês.

#### PEDIDOS

O **Ministério Público** requer a condenação dos policiais pelos crimes de falta de comunicação de prisão, **tortura**, **tortura** com resultado de morte, tentativa de homicídio e ocultação de cadáver. Também solicita que os denunciados sejam obrigados a indenizar José de Ribamar Neves Leitão e os herdeiros de Marcos Marcondes do Nascimento Silva em decorrência dos crimes.

Em caso de condenação, as penas previstas vão de 16 anos e seis meses a 43 anos de detenção.

**Site:** <https://jornalpequeno.com.br/2021/02/18/policiais-do-servico-velado-da-pm-sao-denunciados-por-assassinato-de-comerciante-em-bacabal/>

# Policiais Militares do Serviço Velado são denunciados suspeitos de cinco crimes no Maranhão

SÃO LUÍS GONZAGA - O **Ministério Público** do Maranhão (MP-MA) ofereceu, nessa quarta-feira (17), denúncia contra cinco policiais militares do Serviço Velado da Polícia Militar do Maranhão (PMMA), no município de São Luís Gonzaga, distante 254 km da capital maranhense, em função dos crimes cometidos contra as vítimas Marcos Marcondes do Nascimento Silva (mais conhecido como "Marquinhos") e José de Ribamar Neves Leitão, (conhecido como "Riba"), nos dias 1º e 2 de fevereiro.

Investigação aponta que policiais militares velados mataram auxiliar da Polícia Civil

Quase 800 policiais militares respondem a processos criminais no Maranhão?

A Denúncia, formulada pelo **promotor de justiça** Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho, é baseada no inquérito policial nº 01/2021, da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa, da Polícia Civil. Foram denunciados os integrantes do 15º Batalhão Francisco Almeida Pinho, Rogério Costa Lima, Marcelino Henrique Santos Silva, Robson Santos de Oliveira e Gilberto Custódio dos Santos.

## Crimes

Em 1º de fevereiro, "Riba" estava na fazenda do genro de Gilberto Santos, na estrada Bela Vista, na zona rural do município de Bacabal (a 35 km de São Luís Gonzaga), quando o policial o convidou para ir buscar ração para carneiros.

Em vez disso, a vítima foi levada a um loteamento abandonado, às margens da BR-316. No local, os policiais começaram a torturar "Riba" para obrigá-lo a confessar o suposto furto de carneiros, que teriam sido vendidos a "Marquinhos", ex-patrão dele.

## Tortura

Gilberto deu um golpe chamado "telefone" (bater as duas mãos em forma de concha nos ouvidos) na vítima e Francisco começou a espancar e enforçar "Riba", que foi amarrado.

Francisco colocou um pano e começou a jogar água no rosto da vítima até que este perdesse os sentidos. Depois de ser reanimado, "Riba" foi jogado no porta-malas de um veículo.

Os denunciados foram ao estabelecimento comercial de "Marquinhos" e o forçaram a entrar no mesmo veículo. Os policiais começaram a agredi-lo, exigindo a confissão do furto.

Os acusados levaram as vítimas ao loteamento Mearim Glass, em Bacabal. No local, "Marquinhos" foi agredido a socos por Francisco, por enforcamento por Gilberto e Marcelino pulou com os dois pés no peito da vítima.

Gilberto e Francisco começaram a despejar água sobre o rosto de "Marquinhos", enquanto os outros policiais seguravam as pernas dele para que não se movimentasse.

Com uma camisa enrolada na mão, Francisco começou a exigir a confissão do furto, batendo no rosto da vítima, que parou de respirar e foi a óbito.

## Simulação

Os policiais decidiram simular um confronto visando afastar suas responsabilidades com relação à morte de "Marquinhos". Foram a uma estrada vicinal, numa fazenda no povoado Centro dos Cazuzas, na zona rural do município de São Luís Gonzaga do Maranhão.

Retiraram o corpo de "Marquinhos" do veículo, e os policiais Rogério, Marcelino e Robson seguraram o cadáver e Francisco efetuou um disparo de revólver no peito da vítima.

Francisco entregou a arma para Gilberto e mandou que matasse "Riba". Porém, a arma falhou, o sobrevivente saiu correndo pelo matagal e os policiais efetuaram vários disparos em direção a "Riba". Após a fuga, os denunciados esconderam o corpo de "Marquinhos".

Com o objetivo de simular o confronto policial, foi efetuado um disparo de arma na perna de Francisco.

O fato foi testemunhado por "Riba".

Os policiais perseguiram a vítima durante toda a noite do dia 1º de fevereiro e manhã do dia seguinte. "Riba" passou seis dias se escondendo e perambulando pela zona rural até chegar à casa do irmão dele na periferia de Bacabal, reaparecendo no dia 8 do mesmo mês.

Pedidos

O **Ministério Público** requer a condenação dos policiais pelos crimes de falta de comunicação de prisão, **tortura**, **tortura** com resultado de morte, tentativa de homicídio e ocultação de cadáver. Também solicita que os denunciados sejam obrigados a indenizar José de Ribamar Neves Leitão e os herdeiros de Marcos Marcondes do Nascimento Silva em decorrência dos crimes.

Em caso de condenação, as penas previstas vão de 16 anos e seis meses a 43 anos de detenção.

**Site: <https://imirante.com/sao-luis-gonzaga-do-maranhao/noticias/2021/02/18/policiais-militares-do-servico-velado-sao-denunciados-suspeitos-de-cinco-crimes-no-maranhao.shtml>**



# Ministério Público denuncia policiais por participação na morte de comerciante em Bacabal

Por G1 MA - São Luís

O **Ministério Público** do Maranhão (MP-MA) ofereceu denúncia contra os cinco policiais militares do Serviço Velado da Polícia Militar (PM), no município de São Luís Gonzaga, em função dos crimes cometidos contra as vítimas Marcos Marcondes do Nascimento Silva (mais conhecido como "Marquinhos") e José de Ribamar Neves Leitão, (conhecido como "Riba"), nos dias 1º e 2 de fevereiro.

Segundo o órgão ministerial foram denunciados Francisco Almeida Pinho, Rogério Costa Lima, Marcelino Henrique Santos Silva, Robson Santos de Oliveira e Gilberto Custódio dos Santos.

Em 1º de fevereiro, "Riba" estava na fazenda do genro de Gilberto Santos, na estrada Bela Vista, na zona rural do município de Bacabal, a 35 km de São Luís Gonzaga, quando o policial o convidou para ir buscar ração para carneiros.

Ao invés disso, a vítima foi levada a um loteamento abandonado, às margens da BR-316. No local, os policiais começaram a torturar "Riba" para obrigá-lo a confessar o suposto furto de carneiros, que teriam sido vendidos a "Marquinhos", ex-patrão dele.

Após ser submetido a torturas pelos cinco policiais, José de Ribamar foi levado juntamente Marcos Marcondes em um veículo, depois de "Marquinhos" ter sido obrigado a entrar no veículo onde estava "Riba", para um loteamento Mearim Glass, em Bacabal. No local, "Marquinhos" foi agredido a socos por Francisco, por enforcamento por Gilberto e Marcelino pulou com os dois pés no peito da vítima.

Gilberto e Francisco começaram a despejar água sobre o rosto de "Marquinhos", enquanto os outros policiais seguravam as pernas dele para que não se movimentasse. Com uma camisa enrolada na mão, Francisco começou a exigir a confissão do furto, batendo no rosto da vítima, que parou de respirar e acabou morrendo.

Os policiais decidiram simular um confronto visando afastar suas responsabilidades com relação à morte

de "Marquinhos". Foram a uma estrada vicinal, numa fazenda no povoado Centro dos Cazuzas, na zona rural do município de São Luís Gonzaga do Maranhão. Retiraram o corpo de "Marquinhos" do veículo, e os policiais Rogério, Marcelino e Robson seguraram o cadáver e Francisco efetuou um disparo de revólver no peito da vítima.

Francisco entregou a arma para Gilberto e mandou que matasse "Riba". Porém, a arma falhou, o sobrevivente saiu correndo pelo matagal e os policiais efetuaram vários disparos em direção a "Riba. Após a fuga, os denunciados esconderam o corpo de "Marquinhos".

Com o objetivo de simular o confronto policial, foi efetuado um disparo de arma na perna de Francisco. O fato foi testemunhado por "Riba". Os policiais perseguiram a vítima durante toda a noite do dia 1º de fevereiro e manhã do dia seguinte. "Riba" passou seis dias se escondendo e perambulando pela zona rural até chegar à casa do irmão dele na periferia de Bacabal, reaparecendo no dia 8 do mesmo mês.

O **Ministério Público** pede a condenação dos policiais pelos crimes de falta de comunicação de prisão, **tortura, tortura** com resultado de morte, tentativa de homicídio e ocultação de cadáver. Também pede que os policiais envolvidos sejam obrigados a indenizar José de Ribamar Neves Leitão e os herdeiros de Marcos Marcondes do Nascimento Silva em decorrência dos crimes. Caso sejam condenados, os policiais terão penas que irão de 16 anos e seis meses a 43 anos de prisão.

**Site:**

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/02/18/ministerio-publico-denuncia-policiais-por-participacao-na-morte-de-comerciante-em-bacabal.ghtml>

# Policiais do Serviço Velado da PM são denunciados por cinco crimes no Maranhão

O **Ministério Público** do Maranhão ofereceu, nesta quarta-feira, 17 de fevereiro, denúncia contra cinco policiais militares do Serviço Velado da Polícia Militar (PM), no município de São Luís Gonzaga, em função dos crimes cometidos contra as vítimas Marcos Marcondes do Nascimento Silva (mais conhecido como "Marquinhos") e José de Ribamar Neves Leitão, (conhecido como "Riba"), nos dias 1º e 2 de fevereiro.

A denúncia, formulada pelo **promotor de justiça** Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho, é baseada no inquérito policial nº 01/2021, da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa, da PM. Foram denunciados os integrantes do 15º Batalhão Francisco Almeida Pinho, Rogério Costa Lima, Marcelino Henrique Santos Silva, Robson Santos de Oliveira e Gilberto Custódio dos Santos.

## CRIMES

Em 1º de fevereiro, "Riba" estava na fazenda do genro de Gilberto Santos, na estrada Bela Vista, na zona rural do município de Bacabal (a 35 km de São Luís Gonzaga), quando o policial o convidou para ir buscar ração para carneiros.

Ao invés disso, a vítima foi levada a um loteamento abandonado, às margens da BR-316. No local, os policiais começaram a torturar "Riba" para obrigá-lo a confessar o suposto furto de carneiros, que teriam sido vendidos a "Marquinhos", ex-patrão dele.

## TORTURA

Gilberto deu um golpe chamado "telefone" (bater as duas mãos em forma de concha nos ouvidos) na vítima e Francisco começou a espancar e enforçar "Riba", que foi amarrado.

Francisco colocou um pano e começou a jogar água no rosto da vítima até que este perdesse os sentidos. Depois de ser reanimado, "Riba" foi jogado no porta-malas de um veículo.

Os denunciados foram ao estabelecimento comercial de "Marquinhos" e o forçaram a entrar no mesmo veículo. Os policiais começaram a agredi-lo, exigindo a confissão do furto.

Os acusados levaram as vítimas ao loteamento

Mearim Glass, em Bacabal. No local, "Marquinhos" foi agredido a socos por Francisco, por enforcamento por Gilberto e Marcelino pulou com os dois pés no peito da vítima.

Gilberto e Francisco começaram a despejar água sobre o rosto de "Marquinhos", enquanto os outros policiais seguravam as pernas dele para que não se movimentasse.

Com uma camisa enrolada na mão, Francisco começou a exigir a confissão do furto, batendo no rosto da vítima, que parou de respirar e foi a óbito.

## SIMULAÇÃO

Os policiais decidiram simular um confronto visando afastar suas responsabilidades com relação à morte de "Marquinhos". Foram a uma estrada vicinal, numa fazenda no povoado Centro dos Cazuzas, na zona rural do município de São Luís Gonzaga do Maranhão.

Retiraram o corpo de "Marquinhos" do veículo, e os policiais Rogério, Marcelino e Robson seguraram o cadáver e Francisco efetuou um disparo de revólver no peito da vítima.

Francisco entregou a arma para Gilberto e mandou que matasse "Riba". Porém, a arma falhou, o sobrevivente saiu correndo pelo matagal e os policiais efetuaram vários disparos em direção a "Riba". Após a fuga, os denunciados esconderam o corpo de "Marquinhos".

Com o objetivo de simular o confronto policial, foi efetuado um disparo de arma na perna de Francisco. O fato foi testemunhado por "Riba".

Os policiais perseguiram a vítima durante toda a noite do dia 1º de fevereiro e manhã do dia seguinte. "Riba" passou seis dias se escondendo e perambulando pela zona rural até chegar à casa do irmão dele na periferia de Bacabal, reaparecendo no dia 8 do mesmo mês.

## PEDIDOS

O **Ministério Público** requer a condenação dos policiais pelos crimes de falta de comunicação de prisão, **tortura**, **tortura** com resultado de morte, tentativa de homicídio e ocultação de cadáver.

Também solicita que os denunciados sejam obrigados a indenizar José de Ribamar Neves Leitão e os herdeiros de Marcos Marcondes do Nascimento Silva em decorrência dos crimes.

Em caso de condenação, as penas previstas vão de 16 anos e seis meses a 43 anos de detenção.

**Site:**

***<https://centraldenoticias.radio.br/2021/02/18/policiais-do-servico-velado-da-pm-sao-denunciados-por-cinco-crimes-no-maranhao/>***

# PROMOTOR PEDE INDENIZAÇÃO E INVESTIGAÇÃO DE IMPROBIDADE CONTRA PMS DO CASO MARCO MARCONDES

O promotor da comarca de São

Luis Gonzaga do Maranhão, Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho, pediu uma

investigação sobre uma conduta de dois dos militares envolvidos no sequestro e

morte do comerciante Marcos Marcondes, episódio ocorrido no dia 1º de fevereiro

de 2021 na cidade de Bacabal. A investigação é para saber se houve prática de

**improbidade administrativa.** O promotor pediu também que os acusados sejam

condenados a pagarem indenização para as vítimas.

Os pedidos do Promotor

constam da Denúncia formulada pelo MP e aceita pelo juiz Diego Duarte de Lemos

contra os policiais Militares Francisco Almeida Pinho, Rogério Costa Lima,

Marcelino Henrique Santos Silva, Robson Santos de Oliveira e Gilberto Custódio

dos Santos.

A investigação de

improbidade será realizada contra os policiais Gilberto Custódio dos Santos e

Francisco Almeida Pinho. Isso porque, como consta na Denúncia e segundo

depoimento de Leonardo Neves Leitão, os dois PMS teriam utilizado de veículos

ligados à Polícia Militar, quais sejam, um Fiat Strada

preto, placa PTX9A24, e

um Fiat Strada prata, sem placa, para atividade particular consistente em

transporte de carneiros para a fazenda do senhor Aderaldo, localizada na

estrada Bela Vista, zona rural do município de Bacabal.

Essa prática será apurada

pela Promotoria de Justiça de Bacabal que recebeu na manhã de hoje cópia do

inquérito policial, conforme determinação do juiz Diego Duarte de Lemos.

Se constatada a prática de

improbidade os PMS poderão ser condenados a: ressarcir o Estado; Perda da função pública; Suspensão dos direitos

políticos de 5 a 8 anos; Proibição de contratar com o poder público e pagamento

de multa civil.

Quanto ao pagamento da

indenização, pedida pelo promotor, este só deve acontecer após o julgamento dos

acusados pelo **Tribunal do Júri.** Se condenados, deverão indenizar a vítima José

de Ribamar Neves Leitão, vulgo "Riba", e os sucessores da vítima Marcos

Marcondes do Nascimento Silva, vulgo "Marquinhos", pelos danos causados pelos

crimes.

**Site:**

***<https://faladoseriobacabal.blogspot.com/2021/02/promotor-pede-indenizacao-e.html>***

# Wellington pede que MP apure uso de segurança privada

*Por Zeca Soares*

Após receber várias solicitações, o deputado estadual Wellington do Curso protocolou representação junto ao **Ministério Público** em desfavor do governador Flávio Dino e da Secretaria de **Segurança Pública** do Estado, para investigar os indícios de utilização de vigilância privada para realizar a **segurança pública** no Maranhão. A representação segue fundamentada com imagens que demonstram vigilantes uniformizados ao lado de viatura com a marca do Governo do estado e slogan de programa intitulado "Centro Seguro".

Ainda na representação, o deputado Wellington defende que, como há a demanda por mais seguranças, isso confirma a necessidade de nomeação de mais policiais, abrangendo inclusive os 1.700 soldados formados pelo último concurso.

"Ofereci hoje representação o **Ministério Público** em desfavor do governador Flávio Dino. O objetivo é garantir a investigação quanto à grave denúncia de utilização de vigilantes para desenvolver atividades referentes à **segurança pública**. De acordo com as imagens, verificamos vigilantes uniformizados ao lado de viatura com a marca do Governo do estado e slogan de programa intitulado 'Centro Seguro'. É ilegal a contratação de vigilantes em vez de policiais; segundo que, ainda que fossem contratados para segurança patrimonial, não é o que ocorre, conforme as imagens comprovam que vigilantes estão usando algemas e estão fazendo a detenção de cidadão. ISSO É CRIME! Além disso, se há a demanda por mais segurança, por que não nomear os aprovados no último concurso da PMMA? Espero que o **Ministério Público** investigue e adote as devidas providências", afirmou o deputado Wellington.

Fotos: Divulgação

**Site:** <https://www.zecasoares.com/2021/02/18/wellington-pede-que-mp-apure-uso-de-seguranca-privada/>

# Deputado quer que MP investigue uso de segurança privada em vez da PM

*Por: Marrapá*

O deputado estadual Wellington do Curso protocolou representação junto ao **Ministério Público** em desfavor do governador Flávio Dino e da Secretaria de **Segurança Pública** do Estado, para investigar os indícios de utilização de vigilância privada para realizar a **segurança pública** no Maranhão. A representação segue fundamentada com imagens que demonstram vigilantes uniformizados ao lado de viatura com a marca do Governo do estado e slogan de programa intitulado "Centro Seguro".

Ainda na representação, o deputado Wellington defende que, como há a demanda por mais seguranças, isso confirma a necessidade de nomeação de mais policiais, abrangendo inclusive os 1.700 soldados formados pelo último concurso.

"Ofereci hoje representação o **Ministério Público** em desfavor do governador Flávio Dino. O objetivo é garantir a investigação quanto à grave denúncia de utilização de vigilantes para desenvolver atividades referentes à **segurança pública**. De acordo com as imagens, verificamos vigilantes uniformizados ao lado de viatura com a marca do Governo do estado e slogan de programa intitulado 'Centro Seguro'. É ilegal a contratação de vigilantes em vez de policiais; segundo que, ainda que fossem contratados para segurança patrimonial, não é o que ocorre, conforme as imagens comprovam que vigilantes estão usando algemas e estão fazendo a detenção de cidadão. ISSO É CRIME! Além disso, se há a demanda por mais segurança, por que não nomear os aprovados no último concurso da PMMA? Espero que o **Ministério Público** investigue e adote as devidas providências", afirmou o deputado Wellington.

*Site: <https://marrapa.com/2021/02/deputado-quer-que-mp-investigue-uso-de-seguranca-privada-em-vez-da-pm/>*

# Deputado pede ao Ministério Público que investigue uso de segurança privada em vez de polícia militar (Ações)

Após receber várias solicitações, o deputado estadual Wellington do Curso protocolou representação junto ao **Ministério Público** em desfavor do governador Flávio Dino e da Secretaria de **Segurança Pública** do Estado, para investigar os indícios de utilização de vigilância privada para realizar a **segurança pública** no Maranhão. A representação segue fundamentada com imagens que demonstram vigilantes uniformizados ao lado de viatura com a marca do Governo do estado e slogan de programa intitulado "Centro Seguro".

Ainda na representação, o deputado Wellington defende que, como há a demanda por mais seguranças, isso confirma a necessidade de nomeação de mais policiais, abrangendo inclusive os 1.700 soldados formados pelo último concurso.

"Ofereci hoje representação o **Ministério Público** em desfavor do governador Flávio Dino. O objetivo é garantir a investigação quanto à grave denúncia de utilização de vigilantes para desenvolver atividades referentes à **segurança pública**. De acordo com as imagens, verificamos vigilantes uniformizados ao lado de viatura com a marca do Governo do estado e slogan de programa intitulado 'Centro Seguro'.

É ilegal a contratação de vigilantes em vez de policiais; segundo que, ainda que fossem contratados para segurança patrimonial, não é o que ocorre, conforme as imagens comprovam que vigilantes estão usando algemas e estão fazendo a detenção de cidadão. ISSO É CRIME! Além disso, se há a demanda por mais segurança, por que não nomear os aprovados no último concurso da PMMA? Espero que o **Ministério Público** investigue e adote as devidas providências", afirmou o deputado Wellington.

**Site:** <https://luiscardoso.com.br/acoes/2021/02/deputado-pede-ao-ministerio-publico-que-investigue-uso-de-seguranca-privada-em-vez-de-policia-militar/>



# MPMA denuncia policiais do Serviço Velado da PM por cinco crimes

*John Cutrim*

O **Ministério Público** do Maranhão ofereceu, nesta quarta-feira, 17 de fevereiro, Denúncia contra cinco policiais militares do Serviço Velado da Polícia Militar (PM), no município de São Luís Gonzaga, em função dos crimes cometidos contra as vítimas Marcos Marcondes do Nascimento Silva (mais conhecido como "Marquinhos") e José de Ribamar Neves Leitão, (conhecido como "Riba"), nos dias 1º e 2 de fevereiro.

A Denúncia, formulada pelo **promotor de justiça** Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho, é baseada no inquérito policial nº 01/2021, da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa, da PM. Foram denunciados os integrantes do 15º Batalhão Francisco Almeida Pinho, Rogério Costa Lima, Marcelino Henrique Santos Silva, Robson Santos de Oliveira e Gilberto Custódio dos Santos.

## CRIMES

Em 1º de fevereiro, "Riba" estava na fazenda do genro de Gilberto Santos, na estrada Bela Vista, na zona rural do município de Bacabal (a 35 km de São Luís Gonzaga), quando o policial o convidou para ir buscar ração para carneiros.

Ao invés disso, a vítima foi levada a um loteamento abandonado, às margens da BR-316. No local, os policiais começaram a torturar "Riba" para obrigá-lo a confessar o suposto furto de carneiros, que teriam sido vendidos a "Marquinhos", ex-patrão dele.

## TORTURA

Gilberto deu um golpe chamado "telefone" (bater as duas mãos em forma de concha nos ouvidos) na vítima e Francisco começou a espancar e enforçar "Riba", que foi amarrado.

Francisco colocou um pano e começou a jogar água no rosto da vítima até que este perdesse os sentidos. Depois de ser reanimado, "Riba" foi jogado no portamalas de um veículo.

Os denunciados foram ao estabelecimento comercial de "Marquinhos" e o forçaram a entrar no mesmo veículo. Os policiais começaram a agredi-lo, exigindo a confissão do furto.

Os acusados levaram as vítimas ao loteamento Mearim Glass, em Bacabal. No local, "Marquinhos" foi agredido a socos por Francisco, por enforcamento por Gilberto e Marcelino pulou com os dois pés no peito da vítima.

Gilberto e Francisco começaram a despejar água sobre o rosto de "Marquinhos", enquanto os outros policiais seguravam as pernas dele para que não se movimentasse.

Com uma camisa enrolada na mão, Francisco começou a exigir a confissão do furto, batendo no rosto da vítima, que parou de respirar e foi a óbito.

## SIMULAÇÃO

Os policiais decidiram simular um confronto visando afastar suas responsabilidades com relação à morte de "Marquinhos". Foram a uma estrada vicinal, numa fazenda no povoado Centro dos Cazuzas, na zona rural do município de São Luís Gonzaga do Maranhão.

Retiraram o corpo de "Marquinhos" do veículo, e os policiais Rogério, Marcelino e Robson seguraram o cadáver e Francisco efetuou um disparo de revólver no peito da vítima.

Francisco entregou a arma para Gilberto e mandou que matasse "Riba". Porém, a arma falhou, o sobrevivente saiu correndo pelo matagal e os policiais efetuaram vários disparos em direção a "Riba". Após a fuga, os denunciados esconderam o corpo de "Marquinhos".

Com o objetivo de simular o confronto policial, foi efetuado um disparo de arma na perna de Francisco. O fato foi testemunhado por "Riba".

Os policiais perseguiram a vítima durante toda a noite do dia 1º de fevereiro e manhã do dia seguinte. "Riba" passou seis dias se escondendo e perambulando pela zona rural até chegar à casa do irmão dele na periferia de Bacabal, reaparecendo no dia 8 do mesmo mês.

## PEDIDOS

O **Ministério Público** requer a condenação dos policiais pelos crimes de falta de comunicação de

prisão, **tortura**, **tortura** com resultado de morte, tentativa de homicídio e ocultação de cadáver. Também solicita que os denunciados sejam obrigados a indenizar José de Ribamar Neves Leitão e os herdeiros de Marcos Marcondes do Nascimento Silva em decorrência dos crimes.

Em caso de condenação, as penas previstas vão de 16 anos e seis meses a 43 anos de detenção.

**Site:** <https://johncutrim.com.br/mpma-denuncia-policiais-do-servico-velado-da-pm-por-cinco-crimes/>

# SÃO LUÍS GONZAGA: MPMA denuncia policiais do Serviço Velado da PM por cinco crimes

*Eduardo Ericeira*

O **Ministério Público** do Maranhão ofereceu, nesta quarta-feira, 17 de fevereiro, Denúncia contra cinco policiais militares do Serviço Velado da Polícia Militar (PM), no município de São Luís Gonzaga, em função dos crimes cometidos contra as vítimas Marcos Marcondes do Nascimento Silva (mais conhecido como "Marquinhos") e José de Ribamar Neves Leitão, (conhecido como "Riba"), nos dias 1º e 2 de fevereiro.

A Denúncia, formulada pelo **promotor de justiça** Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho, é baseada no inquérito policial nº 01/2021, da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa, da PM. Foram denunciados os integrantes do 15º Batalhão Francisco Almeida Pinho, Rogério Costa Lima, Marcelino Henrique Santos Silva, Robson Santos de Oliveira e Gilberto Custódio dos Santos.

## CRIMES

Em 1º de fevereiro, "Riba" estava na fazenda do genro de Gilberto Santos, na estrada Bela Vista, na zona rural do município de Bacabal (a 35 km de São Luís Gonzaga), quando o policial o convidou para ir buscar ração para carneiros.

Ao invés disso, a vítima foi levada a um loteamento abandonado, às margens da BR-316. No local, os policiais começaram a torturar "Riba" para obrigá-lo a confessar o suposto furto de carneiros, que teriam sido vendidos a "Marquinhos", ex-patrão dele.

## TORTURA

Gilberto deu um golpe chamado "telefone" (bater as duas mãos em forma de concha nos ouvidos) na vítima e Francisco começou a espancar e enforçar "Riba", que foi amarrado.

Francisco colocou um pano e começou a jogar água no rosto da vítima até que este perdesse os sentidos. Depois de ser reanimado, "Riba" foi jogado no porta-malas de um veículo.

Os denunciados foram ao estabelecimento comercial

de "Marquinhos" e o forçaram a entrar no mesmo veículo. Os policiais começaram a agredi-lo, exigindo a confissão do furto.

Os acusados levaram as vítimas ao loteamento Mearim Glass, em Bacabal. No local, "Marquinhos" foi agredido a socos por Francisco, por enforcamento por Gilberto e Marcelino pulou com os dois pés no peito da vítima.

Gilberto e Francisco começaram a despejar água sobre o rosto de "Marquinhos", enquanto os outros policiais seguravam as pernas dele para que não se movimentasse.

Com uma camisa enrolada na mão, Francisco começou a exigir a confissão do furto, batendo no rosto da vítima, que parou de respirar e foi a óbito.

## SIMULAÇÃO

Os policiais decidiram simular um confronto visando afastar suas responsabilidades com relação à morte de "Marquinhos". Foram a uma estrada vicinal, numa fazenda no povoado Centro dos Cazuzas, na zona rural do município de São Luís Gonzaga do Maranhão.

Retiraram o corpo de "Marquinhos" do veículo, e os policiais Rogério, Marcelino e Robson seguraram o cadáver e Francisco efetuou um disparo de revólver no peito da vítima.

Francisco entregou a arma para Gilberto e mandou que matasse "Riba". Porém, a arma falhou, o sobrevivente saiu correndo pelo matagal e os policiais efetuaram vários disparos em direção a "Riba". Após a fuga, os denunciados esconderam o corpo de "Marquinhos".

Com o objetivo de simular o confronto policial, foi efetuado um disparo de arma na perna de Francisco. O fato foi testemunhado por "Riba".

Os policiais perseguiram a vítima durante toda a noite do dia 1º de fevereiro e manhã do dia seguinte. "Riba" passou seis dias se escondendo e perambulando pela zona rural até chegar à casa do irmão dele na periferia

de Bacabal, reaparecendo no dia 8 do mesmo mês.

#### PEDIDOS

O **Ministério Público** requer a condenação dos policiais pelos crimes de falta de comunicação de prisão, **tortura**, **tortura** com resultado de morte, tentativa de homicídio e ocultação de cadáver. Também solicita que os denunciados sejam obrigados a indenizar José de Ribamar Neves Leitão e os herdeiros de Marcos Marcondes do Nascimento Silva em decorrência dos crimes.

Em caso de condenação, as penas previstas vão de 16 anos e seis meses a 43 anos de detenção.

#### **Site:**

***<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/02/sao-luis-gonzaga-mpma-denuncia.html>***

# Em São Luís Gonzaga, MP-MA denuncia policiais do Serviço Velado da PM por cinco crimes

O **Ministério Público** do Maranhão ofereceu, nessa quarta-feira, 17 de fevereiro, Denúncia contra cinco policiais militares do Serviço Velado da Polícia Militar (PM), no município de São Luís Gonzaga, em razão dos crimes cometidos contra as vítimas Marcos Marcondes do Nascimento Silva (mais conhecido como Marquinhos) e José de Ribamar Neves Leitão, (conhecido como Riba), nos dias 1º e 2 de fevereiro.

A Denúncia, formulada pelo **promotor de Justiça** Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho, é baseada no inquérito policial nº 01/2021, da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa, da PM. Foram denunciados os integrantes do 15º Batalhão Francisco Almeida Pinho, Rogério Costa Lima, Marcelino Henrique Santos Silva, Robson Santos de Oliveira e Gilberto Custódio dos Santos.

## Crimes

Em 1º de fevereiro, Riba estava na fazenda do genro de Gilberto Santos, na estrada Bela Vista, na zona rural do município de Bacabal (a 35km de São Luís Gonzaga), quando o policial o convidou para ir buscar ração para carneiros.

Em vez disso, a vítima foi levada a um loteamento abandonado, às margens da BR-316. No local, os policiais começaram a torturar Riba para obrigá-lo a confessar o suposto furto de carneiros, que teriam sido vendidos a Marquinhos, ex-patrão dele.

## Tortura

Gilberto deu um golpe chamado "telefone" (bater as duas mãos em forma de concha nos ouvidos) na vítima, e Francisco começou a espancar e enforçar Riba, que foi amarrado.

Francisco colocou um pano e começou a jogar água no rosto da vítima até que este perdesse os sentidos. Depois de ser reanimado, Riba foi jogado no portamalas de um veículo.

Os denunciados foram ao estabelecimento comercial de Marquinhos e o forçaram a entrar no mesmo veículo. Os policiais começaram a agredi-lo, exigindo a

confissão do furto.

Os acusados levaram as vítimas ao loteamento Mearim Glass, em Bacabal. No local, Marquinhos foi agredido a socos por Francisco, por enforcamento por Gilberto e Marcelino pulou com os dois pés no peito da vítima.

Gilberto e Francisco começaram a despejar água sobre o rosto de Marquinhos, enquanto os outros policiais seguravam as pernas dele para que não se movimentasse.

Com uma camisa enrolada na mão, Francisco começou a exigir a confissão do furto, batendo no rosto da vítima, que parou de respirar e foi a óbito.

## Simulação

Os policiais decidiram simular um confronto visando afastar suas responsabilidades com relação à morte de Marquinhos. Foram a uma estrada vicinal, numa fazenda no Povoado Centro dos Cazuzas, na zona rural do município de São Luís Gonzaga do Maranhão.

Retiraram o corpo de Marquinhos do veículo, e os policiais Rogério, Marcelino e Robson seguraram o cadáver, e Francisco efetuou um disparo de revólver no peito da vítima.

Francisco entregou a arma para Gilberto e mandou que matasse Riba. Porém, a arma falhou, o sobrevivente saiu correndo pelo matagal, e os policiais efetuaram vários disparos em direção a Riba. Após a fuga, os denunciados esconderam o corpo de Marquinhos.

Com o objetivo de simular o confronto policial, foi efetuado um disparo de arma na perna de Francisco. O fato foi testemunhado por Riba.

Os policiais perseguiram a vítima durante toda a noite do dia 1º de fevereiro e manhã do dia seguinte. Riba passou seis dias se escondendo e perambulando pela zona rural até chegar à casa do irmão dele na periferia de Bacabal, reaparecendo no dia 8 do mesmo mês.

## Pedidos

O **Ministério Público** requer a condenação dos policiais pelos crimes de falta de comunicação de prisão, **tortura**, **tortura** com resultado de morte, tentativa de homicídio e ocultação de cadáver. Também solicita que os denunciados sejam obrigados a indenizar José de Ribamar Neves Leitão e os herdeiros de Marcos Marcondes do Nascimento Silva em decorrência dos crimes.

Em caso de condenação, as penas previstas vão de 16 anos e seis meses a 43 anos de detenção.

(Informações do MP-MA)

**Site:** <http://www.blogdomarcial.com/2021/02/em-sao-luis-gonzaga-mp-ma-denuncia.html>